

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ISABELLA NUNES DA SILVA

**OS IMPACTOS DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DOS ASSISTENTES
SOCIAIS – ESTUDO PRELIMINAR**

Juiz de Fora

2019

ISABELLA NUNES DA SILVA

**OS IMPACTOS DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DOS ASSISTENTES
SOCIAIS – ESTUDO PRELIMINAR**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado por Isabella Nunes da Silva, apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social – DPASS, da Faculdade de Serviço Social, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Juiz de Fora

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus que é a fonte inesgotável de toda a sabedoria, de todo dom e inspiração, a minha mais profunda gratidão e amor. Que toda honra e glória sejam para sempre Dele, sem o qual nada seria nem teria valor algum.

Aos meus pais, Rogério e Sandra, por todo sacrifício feito para que eu e minha irmã tivéssemos todo cuidado, educação e amor necessários. Devo muito a vocês que são razão de eu ser quem sou.

Agradeço a minha irmã, Rafaela, por todo o companheirismo e incentivo durante todos os anos até aqui. A quem eu desejo a melhor vida e o maior sucesso que eu gostaria que alguém tivesse.

Ao meu Vinícius, não teria como agradecer todo respeito e cuidado que tem dedicado a mim – inclusive colaborando com este trabalho – e ao nosso amor. Obrigada por ser o melhor presente dessa vida e por me permitir te amar.

Meu muito obrigada as queridas, Camilla, Larissa, Marcela, Millainy, Vanessa, que fizeram a jornada acadêmica muito mais doce e leve. Sempre as terei como fundamentais nessa caminhada.

A minha orientadora, Profa. Dra. Luciana G. P. de Paula que me acolheu e conduziu durante o processo de construção deste trabalho com muita solidariedade e carinho.

Agradeço as professoras da faculdade de Serviço Social da UFJF e a minha supervisora de estágio Luciane Sales, que tão ricamente contribuíram para minha formação.

Todas estas são pessoas de extrema importância não só academicamente, mas no meu crescimento e amadurecimento como pessoa - direta ou indiretamente. Meu profundo e sincero: muito obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A teoria do trabalho em Marx e a sua correlação com o trabalho na sociedade contemporânea	6
1.1- A categoria trabalho na perspectiva marxista: a ontologia do trabalho e sua relação com o homem	6
1.2- A transformação social e histórica do trabalho e sua conformação no capitalismo contemporâneo	11
CAPÍTULO 2: O Serviço Social na sua trajetória e em sua configuração no contexto atual	17
2.1- Serviço social: uma síntese histórica de suas bases e consolidação no Brasil	17
2.2- O assistente social enquanto trabalhador assalariado, sua inserção e condições no mercado de trabalho	20
2.3- O acúmulo do serviço social sobre o adoecimento mental entre os assistentes sociais	25
CAPÍTULO 3: O sofrimento mental causado pelo trabalho entre assistentes sociais: metodologia e análise de pesquisa	30
3.1- Metodologia	30
3.2- Análise da Pesquisa	32
3.2.1- Questionário Sócio Demográfico	32
3.2.2- Questionário Específico	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
ANEXO	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

LISTA DE IMAGENS:

GRÁFICO 1: Sexo

GRÁFICO 2: Remuneração

GRÁFICO 3: Carga Horária

GRÁFICO 4: Vínculo Empregatício

GRÁFICO 5: Área de Atuação

GRÁFICO 6: Raça/cor

GRÁFICO 7: Média de Idade

TABELA 1: Referência de respostas para o questionário específico

GRÁFICO 8: Considero que meu espaço de trabalho é adequado e, tem a disposição todo o material necessário para o exercício de minhas atividades

GRÁFICO 9: Tenho incentivo da instituição para participar de eventos e /ou qualificações que desejaria, me sentindo mais realizada profissionalmente

GRÁFICO 10: No meu ambiente de trabalho, considero que o “clima” e as relações hierárquicas e/ou entre os colegas/equipe são boas e, contribuem de maneira positiva no desenvolvimento das minhas atividades.

GRÁFICO 11: Sinto-me capaz de realizar meu trabalho, considerando minhas aptidões e fatores externos, tendo assim boas perspectivas em relação à minha atuação

GRÁFICO 12: Sinto-me estimulada depois e haver trabalhado diretamente com quem tenho que atender

GRÁFICO 13: Sinto que meu trabalho exerce influência positiva na vida de outras pessoas

GRÁFICO 14: Considero que as demandas do meu trabalho são atendidas, cumprindo assim seu objetivo

GRÁFICO 15: A falta de autonomia na execução do meu trabalho tem sido desgastante

GRÁFICO 16: O tempo insuficiente para realizar o meu trabalho me deixa nervosa

GRÁFICO 17: A falta de compreensão sobre quais são as minhas responsabilidades neste trabalho tem me causado irritação

GRÁFICO 18: Já senti vontade de faltar ao trabalho por me sentir estressada e/ou sem energia

GRÁFICO 19: Sinto-me desgastada e emocionalmente decepcionada com meu trabalho

GRÁFICO 20: Sinto-me frustrada e com pouca esperança em relação ao futuro

GRÁFICO 21: Sinto-me, atualmente, pouco capacitada em relação às exigências mentais para o trabalho.

GRÁFICO 22: Já me afastei do trabalho e/ou passei a fazer acompanhamento psicológico motivado por questões relacionadas à atuação profissional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como seu objeto de análise o impacto do trabalho e por suas condições objetivas de realização no processo de adoecimento mental¹ do assistente social.

De modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora, não incluído aí o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos (RAICHELIS, 2011, p. 426).

De forma geral, esta monografia tem o objetivo de compreender de que maneira a saúde mental do assistente social pode ser afetada pelas condições e relações que perpassam o trabalho profissional. Mais especificamente serão apresentados pontos como: o debate sobre categoria *trabalho* no campo da perspectiva marxista, localizando-o na sociedade capitalista e na conjuntura atual; um breve histórico do Serviço Social, compreendendo-o enquanto trabalho e profissão; e também reflexões sobre como o trabalho pode ser causador de sofrimento mental, especificamente entre assistentes sociais.

Como método de análise utilizado na construção dessa monografia foi utilizado o materialismo histórico dialético, tendo o referencial teórico crítico de tradição marxista como perspectiva norteadora na compreensão dos conceitos e dos fenômenos observados.

De modo que o trabalho estará disposto inicialmente apresentando os temas tratados na pesquisa bibliográfica. Para que seja possível explanar, da melhor forma, sobre o tema, será feito uso dos textos que se encontram citados nas referências bibliográficas. Como principais citações nas discussões a cerca do trabalho temos: Antunes, Marx e Netto. Em relação ao Serviço Social as menções centrais são: Iamamoto, Raichelis, Yazbek, entre outros. O arcabouço já acumulado por todos os autores e autoras citados é norte e orientação para

¹ Apesar de termos ciência e compreendermos o debate acadêmico em torno dos conceitos de sofrimento, adoecimento e dor, os termos “adoecimento mental”, “sofrimento mental”, “desgaste” e afins serão utilizados nesta monografia enquanto sinônimos e parte de um mesmo processo desencadeado pelo trabalho.

que os conceitos aqui explanados não fiquem esvaziados de significado.

Posteriormente, traremos a pesquisa empírica, feita em caráter quantitativo com análise qualitativa, realizada com assistentes sociais. Para que, por fim, seja feita uma análise qualitativa que busque correlacionar os conceitos aqui tratados com o cotidiano profissional refletido através dos resultados obtidos na pesquisa.

Como compreensão inicial, portanto, é necessário entender o profissional de Serviço Social imerso no contexto da sociedade capitalista e os diversos vieses que perpassam a sua atuação social, econômica e politicamente. Considerando também a condição de trabalhador do assistente social e seu contato cotidiano com as mazelas da sociedade, produzidas pelos conflitos entre o capital e o trabalho.

Segundo o Ministério da Saúde (2002), o trabalho tem sido caracterizado como um fator gerador de adoecimento mental. As cargas horárias exaustivas, a falta de lazer e tempo livre, a baixa remuneração, a pressão por status social, são algumas das características inerentes ao trabalho na contemporaneidade. Os distúrbios psíquicos não são visivelmente identificados, na maioria das vezes são gradativos e agravados de acordo com o acirramento dos fatores que desencadeiam o adoecimento. E, além de afetar diretamente a vida do trabalhador adoecido, sua satisfação com o trabalho e a produtividade também são prejudicadas nesse processo.

Diante de tal questão se fez necessária a existência de uma Política Nacional de Saúde específica para esse processo de saúde-doença.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos (BRASIL, 2012).

Ademais, na Lei nº 8.080/90 (BRASIL, 1990) em seu artigo 3º, parágrafo único, podem-se encontrar ações que resguardam, previnem e recuperam a saúde do trabalhador e “se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, *mental* e social”. Dessa forma podemos

perceber como o adoecimento tem se agravado e o quão é necessário que o mesmo seja tratado com devida atenção e especificidade.

Esta temática emergiu da experiência em campo de estágio, na área da saúde hospitalar – no HU/UFJF- EBSERH, no setor de Nefrologia – em que foi possível observar sinais de distúrbio laboral entre os membros da equipe, evidenciando que o adoecimento gerado pelo trabalho, de uma forma geral, é cada vez mais recorrente no cotidiano. Esse processo foi percebido entre profissionais de diversas áreas. Mas, considerando a observação do trabalho dos assistentes sociais, que é atravessado de forma crescente por políticas sociais focalizadas, por dificuldades de articulação de rede, por precarização, perda de espaços de atuação, um aumento da miséria e dos demais impactos da questão social², foi possível verificar fatores que podem transformar o trabalho em sofrimento e insatisfação. Com isso, a falta de possibilidades e de resolutividade dos problemas dos usuários resulta na perda do sentido do trabalho.

Somado a isso, a experiência adquirida em projeto de extensão direcionado à saúde do trabalhador colaborou na compreensão de aspectos desse esgotamento causado por questões relacionadas ao trabalho e, como o adoecimento impacta nas relações sociais, na capacidade de produção e reprodução dos indivíduos e os rebatimentos disso nos mais diversos espaços em que as pessoas se inserem na sociedade.

Individual e pessoalmente esse tema tem gerado grande curiosidade e sentimento de urgência quanto ao conhecimento sobre as condições de trabalho dos futuros colegas de profissão, sobre os espaços de inserção e situações do cotidiano que em breve farão parte da minha própria rotina.

Devido, principalmente, a essas questões nasceu a motivação em estudar essa temática e a pretensão de compreender como se dão alguns elementos que incidem nesse processo.

De acordo com Marx (2013), o trabalho é o que, fundamentalmente, determina todas as pessoas como seres sociais. Isto é, a capacidade do

² Segundo Iamamoto “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2013, p 27).

homem transformar e ser transformado pela natureza, é o que o torna consciente de si mesmo e criador de ideias que o leve a determinados fins.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. (...) A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p.188).

Dito isso, é possível compreender que, na sociedade capitalista, o trabalho é um fator que une a maioria das pessoas de alguma forma. Grande parte dos indivíduos depende dele para adquirir meios de sobrevivência e reprodução da própria vida. Por ocupar um espaço tão grande na sociabilidade é que analisar um trabalho que adocece os sujeitos se faz tão importante. Pensar as estruturas de poder e hierarquia; as jornadas de trabalho e valor do tempo; as condições objetivas dos locais em que se inserem os profissionais; entre outros, são pontos relevantes para a compreensão do adoecimento mental – no caso deste trabalho – e também físico aos quais estão suscetíveis os trabalhadores. Além disso, pensar o adoecimento causado pelo trabalho pode proporcionar a discussão na academia e fora dela, sobre meios mais saudáveis e dignos pelos quais podem se estabelecer as relações laborais.

Dessa forma, pode-se presumir que os assistentes sociais como trabalhadores que vendem sua força de trabalho e capacidade intelectual, como profissionais inseridos nas instituições, submetidos a vínculos trabalhistas, não estão alheios aos distúrbios psíquicos provenientes dessas relações.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma auto representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle, [...], o que [esse] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição de agente e o significado social de sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha de reprodução

das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho) (NETTO, grifos do autor, apud. RAICHELIS, 2011, p.423).

Por esse motivo, a pesquisa empírica proposta será focada na análise dos impactos do trabalho na saúde mental dos assistentes sociais, não desconsiderando a pertinência de um estudo que aborde também as demais formas de adoecimento. Para isso serão analisados os dados de um questionário divulgado em grupos do Facebook, respondido por 638 assistentes sociais. O presente trabalho, por sua vez, se concentrará inicialmente, em explorar os conceitos necessários para compreender como se dão as relações de trabalho de forma genérica e, posteriormente delimitada ao âmbito do Serviço Social. A relação entre a dimensão teórica e os aspectos práticos do cotidiano da profissão são indissociáveis, por isso serão abordados nesta monografia relacionando a pesquisa bibliográfica aos resultados da pesquisa de campo.

CAPÍTULO 1: A TEORIA DO TRABALHO EM MARX E A SUA CORRELAÇÃO COM O TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1.1- A CATEGORIA TRABALHO NA PERSPECTIVA MARXISTA: A ONTOLOGIA DO TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM O HOMEM

Para que possamos caracterizar o processo de adoecimento mental produzido pelo trabalho, é necessário que, inicialmente, compreendamos o que significa o trabalho na sua essência e, por quais transformações o mesmo tem passado até chegar à sua conformação no contexto atual.

O ser humano é um indivíduo que, em seu cerne, vive em sociedade. As relações dos homens entre si e sua capacidade de criação são as características que nos distinguem dos animais. A efetivação de sua capacidade criadora, através da natureza, para a transformação da realidade é o princípio fundante e ontológico do trabalho (MARX, 2015).

Como já referenciado em Marx (2013, p.188), “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”, ou seja, a dispensação de tempo, energia e habilidades do homem em realizar alguma atividade vislumbrando um objetivo, é o que define *trabalho*. A capacidade de prefiguração ou, a teleologia, é que faz com que o trabalho não seja meramente instintivo, mas uma atividade que pode ser planejada.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p.188).

Para sua realização, o trabalhador dispõe de meios de trabalho, que são os métodos utilizados para alcançar ao que foi por ele idealizado. Segundo Marx (2013), a própria terra é um meio utilizado na objetivação do trabalho, assim como as demais ferramentas, podendo ser peças rudimentares como pedras

ou objetos mais complexos. Essa capacidade é própria do ser humano e revela suas possibilidades de criação e planejamento.

(...) Uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito (MARX, 2013, p.189).

Tais processos são inerentes ao trabalho humano e, portanto, fundamentais no reconhecimento do homem sobre si mesmo e como participante protagonista dessa transformação. Logo, no momento em que é atingido o objetivo “o processo se extingue no produto”, ou seja, trabalho e o objeto se tornam uma mesma coisa. “O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser” (MARX, 2013, p.190).

Contextualizando esse trabalho dentro da sociedade capitalista, surgem novos fatores que incidem no processo fundante explicitado até o momento que devem ser considerados. A realização do trabalho, em sua essência, consiste na viabilidade de acesso do trabalhador aos meios que lhe serão necessários para alcançar o objeto de sua ideia, seja a terra, seja a matéria-prima, ou demais meios. No capitalismo, porém, o trabalhador não é dono dos meios materiais.

E nisto consiste a acumulação primitiva do capital: na desapropriação dos trabalhadores das possibilidades objetivas de produção e reprodução. Conforme Marx (2013, p. 539), “a propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas”. Portanto, apesar da capacidade que é própria do homem de usar sua força e teleologia para o trabalho serem indissociáveis, a não detenção das condições para que isto se realize, colocam como única possibilidade para o trabalhador a venda de sua força de trabalho para o detentor da propriedade e da matéria-prima.

Logo, se estabelece uma condição de dominância dos proprietários dos meios de produção em relação aos homens trabalhadores.

Segundo Lefebvre (1973), as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes). Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder” (...) (IAMAMOTO, 2014, p.49).

Nessa configuração social e econômica o trabalho adquire um caráter abstrato, ou seja, *“uma partícula da massa global de trabalho social homogêneo e impessoal”* que iguala todos os tipos de trabalho socialmente e, este passa a ser mensurado pelo tempo necessário para a sua execução. Perdendo dessa forma a particularidade de cada trabalho, de cada trabalhador, do caráter e do valor artesanalmente único de sua criação. Os trabalhos não estão claramente associados, sua conexão só é evidenciada na troca de seus produtos (IAMAMOTO, 2014).

Na sociedade mercantil, o trabalho só se torna social pela transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. Este pressupõe um processo de despersonalização (ou equalização do trabalho) que se torna social ao ser socializado e unificado, isto é, ao ser igualado a outras formas de trabalho tornando-se trabalho impessoal, despersonalizado, parte da massa total do trabalho homogêneo (IAMAMOTO, 2014, p.62).

O indivíduo perde o protagonismo dos processos de trabalho, a centralidade agora torna-se a mercadoria e o lucro. Segundo Marx (2005, p.326), “o uso da força de trabalho é o próprio trabalho” e, conforme o comprador das forças de trabalho faz uso das mesmas mais é demandado que o operário a venda.

Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 2005, p.326).

Com o capitalismo o trabalhador deixa de ser autônomo e central nos processos de trabalho. Passa a ser objetificado num sistema de produtividade muito maior que ele mesmo, com as possibilidades de reprodução fora do seu

controle e vontades. Nesse processo de trabalho, o proletário é, portanto, alienado de sua totalidade: não detém os meios de produção nem a matéria prima, que são posse do capitalista – o empregador do trabalho assalariado – e precisam necessariamente vender sua força de trabalho, na realização de uma atividade alheia a ele mesmo.

Barroco (2008) define esse processo como uma relação desigual, uma vez que a participação do trabalhador no processo é fragmentada, o mesmo não é participante de toda a construção do trabalho, suas capacidades são utilizadas de forma limitada e, ao término não se apropria do produto final. A autora ainda coloca que “a riqueza humana socialmente construída não é apropriada material e espiritualmente pelos indivíduos que a construíram” (BARROCO, 2008, p.34); de forma que os objetos incorporam em si um poder que domina e sujeita os homens. Nisso consiste uma das contradições pilares do capitalismo: quanto mais desenvolvem as forças produtivas, mais afastados são os trabalhadores desse processo (BARROCO, 2008, p.35).

O modo de produção capitalista não tem como prioridade a realização do trabalhador na concretização das atividades laborais – considerando suas capacidades e identificação com o objeto –, mas o produto resultante do tempo despedido independentemente de quão alienante e exploratório possa ser esse trabalho.

(...) o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio (MARX, p.426).

Esse afastamento do trabalhador, em relação ao que ele produz, e a falta de liberdade de escolha sobre em que o mesmo irá empenhar sua força e tempo permeia toda a sociedade capitalista e suas relações de trabalho. Reforçando o vínculo desigual entre os detentores das forças produtivas, capitalistas, e os detentores da força de trabalho. Pois, ao vender sua força produtiva para o patrão, o trabalhador está submetido às demandas da empresa a qual está vinculado, que por sua vez, produz baseada nas necessidades de mercado para a obtenção de lucro.

O processo original em que o trabalhador idealiza o objeto que deseja construir e através de suas capacidades desenvolve meios para alcançar esse objetivo, são interrompidas e bruscamente afastadas para atender aos interesses não mais do trabalhador, mas daquele que o emprega. Com isso, o trabalhador não se reconhece no próprio trabalho, é expropriado dele, configurando assim o chamado *trabalho alienado*.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da autoalienação humana (IAMAMOTO, 2014, p.48).

Com isso, além da relação do homem com o trabalho, a relação dos homens entre si – patrão/trabalhador e/ou trabalhador/trabalhador – é também transformada em uma relação de alienação, “cada homem considera o outro segundo a medida e a relação na qual ele próprio se encontra como trabalhador” (MARX, 2015).

O ser *alienado*, a quem o trabalho e o produto do trabalho pertencem, a serviço do qual está o trabalho e para fruição do qual o produto é, só pode ser o próprio *homem*.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, é um poder alienado frente a ele, então isso só é possível porque ele pertence a *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade é para ele tormento, então deve ser *fruição* para um outro e alegria de viver de um outro (MARX, 2015, p.315).

O estranhamento, ou alienação, é um processo vivenciado mais intensamente nos “estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana (ANTUNES E ALVES, 2004, p.348)”, ou seja, condições precárias influenciam fortemente no estranhamento do trabalhador em relação a um trabalho que desumaniza.

Nas formas mais complexas do capitalismo os trabalhadores não são somente desprovidos de condições dignas e humanas de trabalho, mas existem meios de apropriação também das ideias e individualidades dos trabalhadores, ou seja, da “dimensão intelectual dos trabalhadores, das suas

capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária” (ANTUNES E ALVES, 2004, p.347).

Quanto mais se desenvolve a tecnologia e formas automatizadas de organização do trabalho, mais se tornam sufocantes os espaços em que os indivíduos estão inseridos. De acordo com Antunes e Alves (2004), a alienação tem alcançado níveis absolutos que impactam a vida até mesmo de trabalhadores desempregados, atingindo níveis de isolamento e rejeição da vida social. Que demonstra o quão contraditório pode ser um modo de produção que aliena tanto quem está inserido em seu contexto de produtividade e relações de trabalho, quanto quem está apartado do mesmo e sofrendo as mesmas implicações desse estranhamento, ou mais.

Muitas manifestações de revolta contra os *estranhamentos* ocorreram entre aqueles que foram expulsos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de ter uma vida dotada de algum sentido. A desumanização segregadora leva ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de *guetos* de setores excluídos, até as formas mais ousadas de explosão social que, entretanto, não podem ser vistas meramente em termos que coesão social da sociedade como tal, isoladas das contradições da forma de produção capitalista (ANTUNES E ALVES, 2004, p.349).

É desta forma, portanto, que o trabalho se apresenta e se coloca na sociabilidade do capital. Apesar de sua gênese emancipatória e realizadora do homem, através de suas capacidades objetivas e subjetivas, durante a consolidação do modo de produção capitalista essa essência foi subtraída e reprimida com o mero propósito de obter lucro.

Na ânsia de se apropriar cada vez mais dos homens e das coisas, o capital segue se transformando e criando formas mais eficazes de se sustentar e reproduzir. E nessas transformações é que as próximas discussões serão desdobradas.

1.2- A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DO TRABALHO E SUA CONFORMAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O século XX foi um período de grande relevância para o capitalismo e de transformações sociais decorrentes de sua expansão no pós-guerra. Mas, com os anos de 1970, é estabelecido um novo momento de crise estrutural no

sistema e, uma fase de estagnação das estruturas taylorista e fordista que imperavam como o método operacional do capital até então (ANTUNES e PRAUN, 2015).

Frente ao contexto crítico que o capital enfrentava, novas formas de exploração passaram a ser impostas à classe trabalhadora. Formas essas, evidentemente, mais precárias e exploratórias. Como marcador dessa fase, ainda mais acirrada nas relações entre capital e trabalho, é essencial demarcar o processo de reestruturação produtiva.

Há na década de 1980 um crescimento exponencial da tecnologia, universo esse que passa a fazer parte dos processos de trabalho das indústrias e, conseqüentemente das relações capitalistas de produção.

Na intenção de se perpetuar e aumentar sua capacidade de reprodução, o capital inicia um novo ciclo: o regime de *acumulação flexível*. Até então, os modelos industriais existentes - o fordismo e o taylorismo - consistiam na produção em larga escala, fragmentação das funções de trabalho, focado no menor tempo possível para a produção.

O fordismo pode ser compreendido, fundamentalmente, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [...], e cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle do tempo e movimentos, pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista (ANTUNES, apud. ABRAMIDES e CABRAL, 2003, p. 4).

Devido ao estreitamento das concorrências e a necessidade de um novo método que acompanhasse a evolução tecnológica, o toyotismo no regime de acumulação flexível, assume então o lugar do fordismo e do taylorismo como resposta à crise.

A acumulação flexível, com o toyotismo, torna-se para o capital tanto uma forma de maior exploração quanto de maior controle sobre a força de trabalho. A reestruturação produtiva está baseada em aumento de produtividade, eficiência, qualidade, novas formas de tecnologia e de gestão, efetivando-se por intermédio das inovações tecnológicas. Desse processo de trabalho advém basicamente a precarização e a desestruturação das relações clássicas de produção, de gerenciamento e de envolvimento da força de trabalho (ABRAMIDES e CABRAL, 2003, p.4)

Segundo Antunes e Praun (2015), com o processo de flexibilização, e também como reflexo da crise do capital, programas de qualidade total, focados na produtividade e no menor tempo de produção são impostos aos trabalhadores. Os limites entre vida privada e atividade laboral se tornam menos rígidos, fazendo com que o trabalhador seja impelido a se aperfeiçoar cada vez mais em uma atividade específica, ocupando o espaço antes livre para atividades não laborais – na lógica da especialização e da qualificação. Outro ponto reforçado é a competição entre os pares e o trabalho individualizado, anteriormente executado em equipe.

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova *divisão internacional do trabalho* foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, foi ainda acentuada pela desorganização do movimento operário e sindical, imposto pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura militar (ANTUNES E PRAUN, 2015, p.409).

De acordo com Antunes (2006), esse movimento carregava a intenção de remodelar os métodos do trabalho objetivando unicamente aumentar a produtividade, ignorando completamente fatores como as condições precárias impostas aos trabalhadores. Nesse momento outros fatores passam a integrar o mundo do trabalho como a flexibilidade dos processos, a polivalência dos trabalhadores, a divisão do trabalho e a integração da tecnologia.

Novos processos de trabalho emergem onde o *cronômetro e a produção em série e de massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2006, p. 24).

Com isso o trabalho também foi flexibilizado, e além de aumentar o desemprego por causa da menor necessidade de trabalhadores em vista das máquinas, alavancou a desestruturação dos direitos trabalhistas e a ampliação da pobreza. Os vínculos de trabalho precários e informais também ganharam força a partir desse momento e a *classe-que-vive-do-trabalho*³, segundo

³ Segundo Antunes “para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a

Antunes (2006, p. 23), viu afetada não somente sua *materialidade*, mas a sua *forma de ser*.

Cabe localizarmos aqui, o momento em que junto a esse processo de reestruturação produtiva, no âmbito da produção, a sociedade também vivencia alterações na esfera da gestão do Estado: com o avanço do neoliberalismo.

Durante o período do *Welfare State*, ou Estado de bem-estar social, o ordenamento sócio-político – na Europa – tinha como pretensão combinar simultaneamente a dinâmica capitalista e a garantia de direitos políticos e sociais mínimos (NETTO, 1995, p.68). Confrontada essa que diante da crise do capital e da “curva decrescente de sua eficácia econômico-social”, consoante Netto (1995), foi suprimida pela necessidade mister de se reestabelecer o crescimento econômico. Nisso evidenciou-se que o movimento de ganhos sociais acompanhou um momento de ascensão do modo de produção capitalista, mas que este, em momentos de crise prioriza sua produtividade em detrimento de garantia de direitos, levando o *Welfare State* também à crise. Netto (1995) coloca, ainda, que a crise foi o que colocou em dúvida as funções estatais como fomentadoras de crescimento econômico e bem estar.

A crise do Estado de bem-estar social, nesta angulação, não expressa somente a crise de um arranjo sócio-político possível no âmbito da ordem do capital: evidencia que a dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual sua reprodução *tende* a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo. Significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital *incompatibiliza* cada vez mais o seu movimento com as instituições sócio-políticas que, por um decurso temporal limitado, tornaram-no aceitável para grandes contingentes humanos. Sinaliza que o arranjo sócio-político de *Welfare State* constituiu uma *possibilidade* da ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última, converte-se agora num *limite* que ela deve franquear para reproduzir-se enquanto tal (NETTO, 1995, p.70).

totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende a sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário” (ANTUNES, 2004, p.342)”. O autor coloca ainda que “compreender a “classe-que vive-do-trabalho”, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção (...). A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho (ANTUNES, 2004, p.343)”.

Tais fatores levam, então, à ascensão do movimento do capitalismo que trouxe consigo o ideário neoliberal, na defesa de um Estado menos envolvido com o mercado, com seu espaço legitimado por este, dando a liberdade necessária para que ele se desenvolvesse economicamente de forma soberana, subjugando assim as políticas e os direitos sociais. O neoliberalismo é, respaldado, segundo Netto (1995), em uma teoria que justifica o mercado como um elemento fundamental na mediação da sociedade e um mote político, no sentido de colocar o Estado mínimo como uma possibilidade única para a democracia.

A ofensiva neoliberal contrapõe-se à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade* civil e política para todos, mas também pela busca na *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e seus membros da *necessidade* e do *risco* (NUNES apud. NETTO, 1995, p.78).

Segundo Soares (2002), o ajuste neoliberal foi muito mais acirrado na América Latina, com seus países de economia dependente, do que nos países centrais que conseguiram se defender, transferindo a crise para as periferias via dívida externa. Na América Latina, para diminuir o déficit fiscal e os impactos da crise, os gastos públicos foram diminuídos. Como consequência dessa nova organização global, nos países em que não existiu um Estado de Bem- Estar Social, as políticas sociais foram mais precarizadas do que já eram anteriormente. Soares (2002) coloca que, como os aparelhos de acesso aos direitos, muitas das vezes, sequer existiam, vários países criaram programas de caráter emergencial, focalizados para atender as desigualdades e pobreza - que só se endureciam com o ajuste. Essas medidas, porém, foram extremamente insuficientes.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2006).

Ainda de acordo com a autora, o receituário neoliberal, com suas políticas de ajuste, é o responsável direto pelo aumento da pobreza, pela desigualdade de distribuição de renda, pelas fragilidades da política social. Este processo que Soares (2002) denomina de *transição em direção à “modernidade”* – ressaltando aqui o sentido contraditório da modernidade citada – traz consigo diversos desdobramentos como: desregulamentação do mercado de trabalho, desemprego, envelhecimento da população com doenças, volta de endemias antes controladas, precarização do trabalho, aumento de mortes por causas evitáveis, entre tantas outras.

Do ponto de vista demográfico, também combinamos o fenômeno do envelhecimento da população – com todas as suas implicações para a saúde e a seguridade social – com a manutenção de um “estoque” de jovens que pressiona por mercado de trabalho; além de um número ainda elevado, em termos absolutos, de crianças que estão nascendo, para a maioria das quais não conseguimos até então dar condições mínimas de sobrevivência (SOARES, 2002, p.48).

Abramides e Cabral (2003) colocam que a priorização do mercado, do capital, em detrimento aos demais gastos traz consigo consequências prejudiciais à classe trabalhadora, que depende, em muitos âmbitos, da regulação do Estado sobre a economia. Sem essa mediação o resultado são os cortes nos gastos com políticas públicas, privatização de empresas estatais, transferência da renda pública para os setores privados, incentivo a filantropização da assistência, retirada de direitos universais, restrição no acesso a direitos sociais fundamentais e desregulação dos direitos trabalhistas. Segundo as autoras, “o neoliberalismo consubstancia o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado ampliado para o capital, em que os interesses privados sobrepõem-se aos interesses públicos, de caráter universal” (ABRAMIDES e CABRAL, 2003, p.7).

CAPÍTULO 2 - O SERVIÇO SOCIAL NA SUA TRAJETÓRIA E EM SUA CONFIGURAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL

2.1- SERVIÇO SOCIAL: UMA SÍNTESE HISTÓRICA DE SUAS BASES E CONSOLIDAÇÃO NO BRASIL

O Serviço Social traz, em suas bases, as características de uma profissão que foi, inicialmente, requisitada pelas classes dominantes, com fins de controle social, carregada de princípios morais e éticos da Igreja Católica. Nesse momento, segundo Iamamoto (2013), apesar do reconhecimento de que pertence ao Estado uma parcela de responsabilidade sobre a regulação das propriedades, do trabalho e dos direitos, “para a Igreja, ‘questão social’, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa” (IAMAMOTO, 2013, p.21). Nesse sentido, Estado e Igreja compartilhavam o dever de executar ações para que a sociedade fosse “recristianizada através da família”.

Nessa fase, o Serviço Social,

Está voltado para uma atuação de *soerguimento moral* da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as “massas atomizadas social e moralmente”, busca estabelecer um contraponto às influências anarcossindicalistas no proletariado urbano (IAMAMOTO, 2013, p.22).

A autora também coloca que essa atuação não tinha intenção caritativa, mas uma intenção ideológica incidente sobre os trabalhadores visando moldá-los ao sistema capitalista e às condições impostas pela relação entre capital e trabalho. A proposta era de uma ação educativa com o propósito de prevenir problemas sociais. Iamamoto (2013, p. 23) elucida que “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”.

É do pensamento conservador que se constituem os fundamentos do Serviço Social, que, a partir década de 1940, passam a analisar a sociedade sobre a ótica da noção de comunidade, adotando-a como viés do projeto da profissão. Carregada de significado, no que se referia à solidariedade, ao pensamento humanitário, agindo em conformação com a ordem já estabelecida.

Nesse movimento se inicia o processo de legitimação e profissionalização do Serviço Social e de expansão de instituições que atendessem às demandas do proletariado. O Estado assume a implantação de políticas assistenciais para atender reivindicações populares e, concomitantemente, atribuir-se da função de controle social, aumentando significativamente os espaços de trabalho para os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2013).

O Serviço Social tradicional vai dando lugar a um novo sentido inspirado pelo modelo norte americano. A profissão já conquista nesse período, com o assalariamento, um reconhecimento dentro da divisão social e técnica do trabalho. E assume também a teoria positivista como norteadora da atuação.

Efetivamente, a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio ocupacional tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social (YAZBEK, 2009, p.5).

O positivismo mantinha a linha que o Serviço Social vinha seguindo até então: não confrontava os aspectos da ordem já posta, mantendo o pensamento conservador. “Esta perspectiva é absorvida (...) configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório” (YAZBEK, 2009, p.6).

Essa direção começa a ser questionada na década de 1960, segundo Yazbek, conforme o capitalismo vai se expandindo e o Brasil ocupando um lugar periférico e de dependência mais evidente. Esse processo acirra ainda mais as desigualdades sociais e leva o Serviço Social a assumir uma posição em defesa da classe trabalhadora. Esse direcionamento rompe com o conservadorismo predominante e assume uma nova base teórica para a profissão.

É no bojo deste desenvolvimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (YAZBEK, 2009, p.7).

Ainda em meados da década de 1960, surge, na América Latina, o Movimento de Reconceituação. Esse movimento foi de grande importância no caminho da profissão como um todo, decisivo no processo de rompimento com o Serviço Social tradicional, de posicionamento crítico frente ao capitalismo e de enfrentamento das correlações desiguais de forças existentes em sua estrutura. Tal processo não teve grande participação do Serviço Social brasileiro devido ao momento de repressão instalado pela ditadura militar, mas foi um direto influenciador do processo que se seguiu no Brasil.

Esse processo denominado Renovação, traz em si três direções no horizonte profissional, sendo a primeira delas a *perspectiva modernizadora*. Adotada hegemonicamente pela categoria, era voltada “à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade” (YAZBEK, 2009, p.8), que foi chamada de modernização conservadora.

A segunda perspectiva, *reatualização do conservadorismo*, carregava em seu bojo um viés psicologizante, com foco na transformação do indivíduo. Seu embasamento teórico ainda era advindo da fenomenologia⁴, contrariando a teoria crítica dialética que ganhava espaço.

Essa perspectiva (...) se beneficia de todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da *ajuda psicossocial* (NETTO, 2011, p.158).

⁴ “Sobre a fenomenologia ciência que estuda as classificações e descrições dos fenômenos, esta teve como principal autor Husserl (1859-1938), exercendo grande influência na filosofia contemporânea, esta ciência se ocupa em estudar os fenômenos. É uma corrente de pensamento que não se interessa em colocar a historicidade dos fenômenos, considerada por muitos como a-histórica. A fenomenologia, não introduz transformações a realidade, mantendo-se sempre no conservadorismo, estuda a realidade, somente com o objetivo de descrevê-la ou apresentá-la tal como é, sem mudanças. Não aborda os conflitos de classes e muito menos as mudanças estruturais e conjunturais. (TONET, 1984). (...) Tonet (1984), assinala que a fenomenologia introduz a visão existencial no trabalho social, proporcionando a aplicação da teoria psicossocial. Na fenomenologia, o Serviço Social se realiza através da intervenção social ou tratamento social. Como principal contribuição para o Serviço Social a fenomenologia traz o processo de ajuda psicossocial a partir dos princípios, diálogos, pessoa e transformação, finalidade primordial da intervenção do profissional.” (COSTA e LIMA, 2016, p.6)

A *intenção de ruptura* é o terceiro direcionamento da renovação do Serviço Social. Apesar da impossibilidade de acesso direto à Marx, devido à ditadura militar, esse viés seguia a linha teórica marxista. De acordo com Netto, “na expressão dos segmentos mais avançados da categoria profissional, tem conservado os seus traços dominantes de *oposição* ao tradicionalismo do Serviço Social” (NETTO, 2011, p.160).

Com Iamamoto e Carvalho em seu livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de 1982, é que se consolida um direcionamento hegemônico pautado na teoria marxista. Colaborando assim para uma nova compreensão da profissão.

Conforme Iamamoto (2013), diante do contexto ascensão dos movimentos sociais, pós-ditadura e, posteriormente a formulação da Constituição de 1988, o Serviço Social assume hegemonicamente um novo projeto profissional “que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das suas últimas décadas” (IAMAMOTO, 2013, p. 50). Projeto este em defesa da classe trabalhadora, e de coautores e coparticipantes das lutas sociais. A partir disso, estabeleceram-se o Código de Ética em 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, também em 1993 e, as Diretrizes para o Curso de Serviço Social em 1996.

2.2- O ASSISTENTE SOCIAL ENQUANTO TRABALHADOR ASSALARIADO, SUA INSERÇÃO E CONDIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO.

No cenário apresentado é que o assistente social se configura como profissional liberal, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Ainda que munido de capacidade de trabalho, o profissional não dispõe das condições de exercê-lo independente do caráter das entidades que os empreguem – sendo públicas, privadas ou filantrópicas. De acordo com Iamamoto (2013), é necessário que uma relação de compra e venda de trabalho seja estabelecida.

Além da compreensão do Serviço Social enquanto profissão, é preciso apreendê-lo, também, enquanto trabalho. O assistente social oferece para a

venda um produto - ou seja, seus conhecimentos e atribuições - que para o capital atende uma demanda com um valor estabelecido no mercado.

É o processo de profissionalização do assistente social e institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho que circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital, móvel principal da sociedade capitalista (RAICHELIS, 2011, p.422).

Assim, como todo e qualquer trabalhador, o assistente social vende sua força de trabalho para, em troca, receber um salário que permita sua reprodução enquanto indivíduo. Estando assim, integrado na divisão social e técnica do trabalho, tendo suas relações intermediadas e definidas pelo mercado. Por isso, sua autonomia está limitada por seu assalariamento, que o torna subordinado a uma instituição, a um patrão e a condições impostas a ele para que seu emprego e sustento sejam garantidos.

Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se à exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-las durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da empresa empregadora (IAMAMOTO, 2013, p.97).

Por isso, como todo trabalhador assalariado, – imerso nas relações sociais capitalistas, inserido na divisão social e técnica do trabalho social e incorporado às instituições que os contratam – o assistente social também é constantemente atravessado por questões como o desemprego, as desigualdades, pela falta de liberdade e a opressão do capital e do Estado.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais (RAICHELIS, 2011, p.423).

Esses processos são componentes decisivos no acirramento da questão social e, ao passo que o capital e sua ideologia neoliberal avançam são priorizadas suas demandas, em detrimento dos direitos e liberdades dos

trabalhadores. Os assistentes sociais, assim como os usuários do Serviço Social, portanto, estão suscetíveis às consequências advindas desse processo de acirramento. Esse movimento cooperou para o fechamento de postos de trabalho e, conseqüentemente, para o aumento do desemprego, para o adoecimento relacionado às atividades laborais, para a consolidação de trabalhos precários e desvalorização dos trabalhadores.

Raichelis (2011) pontua também que as tensões que perpassam o exercício profissional, sendo o assistente social um “profissional liberal”, mediado pelas instituições que os empregam, são as contradições impostas pelo próprio conflito entre as classes e as relações de trabalho. Com isso se faz necessário problematizar o cotidiano, os processos e “a tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado” do assistente social (IAMAMOTO, apud. RAICHELIS, 2011, p. 427).

Pois, apesar de ideológica e hegemonicamente o Serviço Social ser contrário a esse sistema gerador das mais diversas mazelas, apesar das lutas que vislumbram sua superação e da defesa da classe trabalhadora, os assistentes sociais trabalham, também, reforçando sua lógica. Todo trabalho está inerentemente ligado e contribuindo com o capitalismo, sendo participante de suas relações e estando de alguma forma colaborando na reprodução do capital.

Por isso, essa questão é uma contradição no trabalho do assistente social. Ou seja, há um conflito existente no compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora e sua defesa, quando simultaneamente é requerido para “exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classes” (IAMAMOTO, 2013, p.98).

Nesse sentido, o trabalho do assistente social é (hegemonicamente) um constante movimento de luta na defesa de seus princípios ético políticos e de defesa da classe trabalhadora em confronto com o movimento contrário, das forças capitalistas de precarização e fragmentação das políticas públicas sociais. Da mesma forma, as políticas públicas são campo de conflitos e interesses opostos, carregando em si objetivos antagônicos - ou de controle ou no viés do direito – reforçando assim a dualidade entre os projetos de sociedade entre as classes (RAICHELIS, 2011). Dessa forma, os espaços

ocupados pelo Serviço Social no mercado trabalho estarão em constante disputa.

Trata-se de uma condição de trabalho que produz um duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais: a) de um lado, o prazer diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (RAICHELIS, 2011, p. 434 e 435).

A inserção do assistente social no mercado de trabalho pressupõe, então, que o profissional corresponda às demandas da instituição, dependendo dela para obter os meios pelos quais se objetivarão sua atuação. Para a empresa, porém, as intenções hegemônicas do Serviço Social e seu compromisso na defesa dos direitos sociais não tem nenhuma relevância frente aos objetivos institucionais de obtenção de lucro.

Com o vínculo entre profissional e empresa estabelecido, o assistente social assim como os demais trabalhadores, é, então, explorado e tem seus direitos violados; suas jornadas de trabalho são exaustivas, muitas das vezes além da carga horária estabelecida por lei; tem salários defasados e suas atribuições desvalorizadas com contratos de trabalho precarizados; os profissionais sofrem com o assédio moral e com condições mínimas de trabalho; é exigido um perfil polivalente; submetido à falta segurança no trabalho, entre tantas outras características de uma atividade que prejudica a saúde do trabalhador.

No âmbito do Serviço Social, intensificam-se os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do *eu sozinho ou PJs*), de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do assistente social se fazem sentir em níveis e intensidade antes desconhecidas pela profissão (RAICHELIS, 2011, 431).

Por isso, é muito importante que o assistente social se compreenda enquanto partícipe da classe menos favorecida da sociedade, da classe

dominada. Esse reconhecimento permite que o profissional se localize no contexto social em que vive e tenha a possibilidade de enfrentar as dificuldades postas.

Segundo Raichelis (2011), o Serviço Social carrega consigo um histórico de debates a cerca do trabalho, da própria saúde do trabalhador, porém, não existe um adensamento desse debate com relação às condições dos assistentes sociais “como *sujeito vivo* do trabalho social” (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Problematizar a violação dos próprios direitos dos assistentes sociais, na relação com a violação dos direitos dos trabalhadores, requer a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas, mas também o enfrentamento das dimensões complexas envolvidas nos processos e relações de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos. (RAICHELIS, 2011, p. 427).

Por isso, se faz necessário abarcar o adoecimento mental do assistente social, ocasionado pelo trabalho, como pauta de discussão dentro da própria profissão, assim como das demais. As refrações da questão social atingem diretamente, e cada vez mais, os trabalhadores de Serviço Social e os processos de desigualdade, de um trabalho adoecedor, atingem a categoria cotidianamente. Os assistentes sociais são formados – hegemonicamente – sob uma análise crítica da sociedade, com potencialidades que os permitem compreender os processos de saúde-doença. Essa apropriação, no entanto, não elimina as possibilidades de que o profissional passe por sofrimento mental em decorrência do trabalho. É necessário que essa temática seja apropriada e discutida pela categoria profissional para que sejam criadas estratégias de enfrentamento às conformações de trabalho que o capitalismo neoliberal impõe aos trabalhadores.

2.3- O ACÚMULO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL ENTRE OS ASSISTENTES SOCIAIS

A temática do desgaste mental ocasionado pelo trabalho é cada vez mais recorrente nos debates das mais diversas áreas e o Serviço Social tem começado a seguir, de forma mais tímida, essa tendência atual. Entre as assistentes sociais que tem debatido o assunto, Vicente (2015) tem se destacado e precedido a discussão na categoria. Somada a esta, Raichelis (2013, 2018) também tem trazido a importância dos assistentes sociais adentrarem no tocante a saúde deles próprios e não só de seus usuários.

Nesse sentido, a temática da superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores, e que não apresenta acúmulo na literatura profissional. O que se observa com maior frequência — certamente em função da centralidade da classe operária na produção capitalista e dos inúmeros estudos sobre os impactos da reestruturação produtiva nas relações e condições de trabalho desta classe — é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe (RAICHELIS, 2011, p.426).

É necessário então que haja essa aproximação e reconhecimento do assistente social enquanto pertencente à classe trabalhadora, considerando que os impactos à sua saúde são comuns aos dos demais trabalhadores.

Vicente (2015), em estudo sobre o desgaste mental de assistentes sociais na área da habitação⁵, aponta que “na organização, gestão e processamento do trabalho das entrevistadas estão presentes condições, relações, demandas, instrumentos e técnicas que levaram ao desgaste mental” (VICENTE, 2015, p. 578). A autora elencou manifestações desse sofrimento em sua pesquisa, tais como: distúrbios de sono, causados principalmente por assédio moral; medo e crises de choro, referente aos riscos à integridade física; sentimento de impotência, em relação a situações de violação de direitos da população; “depressões” e sentimentos de tristeza profunda; angústia e

⁵Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. Artigo publicado na revista Serviço Social e Sociedade, jul/set 2015.

ansiedades; fadiga e esgotamento físico, limitando suas capacidades intelectuais, e ainda; alterações metabólicas (VICENTE, 2015).

Em entrevista ao CRESS, Vicente colocou sobre sua pesquisa:

“São cada vez mais frequentes os relatos de assistentes sociais, em várias áreas sobre a relação entre condições de trabalho e sofrimento que resultam em licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissões em massa, intensificação do ritmo de trabalho, excesso de responsabilização e desqualificação do trabalho” (...). Para a professora, o assistente social fala sobre as outras categorias, mas não fala da sua própria e isso é um sinal de que há alguma coisa errada. A professora explicou que neste sistema de exploração capitalista o trabalhador está sempre em desvantagem, pois as condições de trabalho são sempre desfavoráveis. E neste ciclo “nós sofremos e fazemos sofrer e vamos embrutecendo, como forma de defesa contra o desgaste”, disse. Para ela, não se discute mais o trabalho e suas relações e as pessoas vão ficando cada vez mais isoladas. E no Serviço Social não é diferente (...)(CRESS, 2018).

Nesse estudo é possível compreender as particularidades do trabalho do assistente social na habitação e como características inerentes a ele impactam no processo saúde-doença das profissionais. Porém, há fatores que são inespecíficos deste espaço ocupacional, podendo ser comuns a profissionais de qualquer área, como por exemplo, o assédio moral.

No Serviço Social, tem sido cada vez mais comum testemunhar depoimentos dos assistentes sociais sobre situações de sofrimento e stress decorrentes da intensa pressão que sofrem no cotidiano das instituições e organizações, sobre assédio moral a que são submetidos por chefias e superiores hierárquicos, bem como referências ao esgotamento profissional e a quadros depressivos (RAICHELIS, 2013, p.630).

Antunes (2015) localiza o assédio moral como uma lógica de gestão própria da era de acumulação flexível, em que a moral se torna campo de disputa e a subjetividade é capturada pelo capital. Existe, segundo o autor, uma lógica do sistema de exploração e também uma funcionalidade hierárquica institucional, que se apoiam “na diminuição, humilhação, no vexame, constrangimento, desqualificação e demolição psíquica do homem que trabalha”.

A degradação da personalidade humana torna-se um meio para a satisfação de *personas* do capital que visam com isso, obviamente, não apenas satisfazer idiosincrasias de chefias (ou colegas de trabalho) perversas, mas cumprir objetivos de gestão do negócio. O assédio moral torna-se horizontal – entre colegas de trabalho – porque tornou-se efetivamente assédio moral sistêmico, ideologia dominante do sociometabolismo do capital (ANTUNES, 2015, p. 7).

Pode-se perceber, então, que o adoecimento laboral e os fatores causadores são próprios das transformações pelas quais o mundo do trabalho tem passado. As estruturas de mercado postas pelo capital e os ajustes do neoliberalismo impõe condições adoecedoras de trabalho.

O processo de saúde-doença das assistentes sociais é um fenômeno social que também foi pesquisado ⁶ e analisado por Faermann e Mello (2016). Tal pesquisa foi feita do ponto de vista das condições trabalho que as profissionais estão submetidas – localizadas no município de Taubaté, interior do estado de São Paulo. As autoras elencam diversas doenças desencadeadas pelo trabalho, como enxaqueca, diabetes e gastrite. A ansiedade e o estresse foram as mais relatadas entre as doenças mentais e, em seu estudo Faermann e Mello (2016) apontam que tais comorbidades – doenças físicas e mentais – estão diretamente relacionadas.

As pesquisadoras trazem relatos das profissionais de como se dá o cotidiano do trabalho e, o que pode ser visto são relatos de sobrecarga de demandas, em suas maiorias imediatas. As assistentes sociais colocam que a falta de tempo para realizar todas as atividades compromete a qualidade do serviço e reforça uma lógica produtivista. Nos relatos, encontramos falas de profissionais insatisfeitas com uma exigência meramente quantitativa, sem foco no usuário, que não possibilita o desenvolvimento das mesmas enquanto criadoras e administradoras do próprio trabalho. Outro fator levantado na pesquisa é a precarização dos espaços físicos e a falta de recursos materiais – desde salas de atendimento e carro para visitas, até papel e computadores – que atendam as demandas do trabalho. De acordo com as entrevistadas são fatores de levam a conflitos internos e desestimulam sua atuação. Situações que as autoras definem como “complexas, difíceis e fatigantes, que repercutem

⁶ As Condições de Trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. Artigo publicado na revista Textos & Contextos, jan/jul 2016.

negativamente em sua saúde física e emocional” (FAERMANN E MELLO, 2016, p. 105).

Na pesquisa citada, outras diversas questões relacionadas ao trabalho que desencadeiam o adoecimento são elencadas. Ao passo que as autoras concluem:

Nos depoimentos das assistentes sociais apuraram-se vários indicativos que remetem ao sofrimento e ao adoecimento, resultantes de suas condições de trabalho, tais como: ansiedade, aumento de peso, desmotivação, sintomas da síndrome de *Burnout*, angústia, esgotamento, estafa, conflitos pessoais e familiares, estresse, frustrações, sensação de incapacidade, esgotamento mental, infelicidade, gastrite, crises de enxaqueca e diabetes (FAERMANN E MELLO, 2016, p. 111).

Podemos constatar, então, que os profissionais já têm vivido as consequências do trabalho contemporâneo empiricamente. Com tantos fatores relativos ao trabalho que incidem negativamente sobre a saúde do assistente social, podemos compreender a urgência e relevância de se tratar dessa temática.

Os impactos do trabalho na saúde do trabalhador têm sido estudados em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social, lidando com a dura realidade enfrentada por homens e mulheres das classes subalternas na sociedade brasileira; e também diante da impotência, em muitos casos, frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social. É sabido, contudo, que a intensificação e a elevação da carga de trabalho nos diferentes ramos de atividade e espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais produzem efeitos sobre o corpo e a mente, podendo resultar, conforme muitos analistas, em um novo padrão de problemas saúde-trabalho decorrentes das novas exigências do trabalho contemporâneo. (RAICHELIS, 2013, p. 630.)

Para que o assistente social cumpra suas atribuições, de maneira qualificada, atendendo às demandas dos usuários, para além da imediatividade, é necessário que o profissional esteja em plenas condições de exercer suas potencialidades intelectuais. Trazer a tona essas questões tão presentes no cotidiano, possibilitará que a categoria discuta e trace caminhos

na luta para melhores condições de trabalho e espaços de atuação mais saudáveis.

O trabalho profissional na perspectiva do projeto ético-político exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia relativa, atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2013, 631).

No esforço de compreender da melhor forma possível – dadas as possibilidades deste trabalho – a que processos estão submetidos os assistentes sociais e como eles se desdobram na saúde mental dos mesmos, é que se deu a pesquisa que analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: O SOFRIMENTO MENTAL CAUSADO PELO TRABALHO ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS: METODOLOGIA E ANÁLISE DE PESQUISA

3.1- METODOLOGIA

Esta monografia tem como método o materialismo histórico dialético e o referencial teórico crítico de tradição marxista como perspectiva de apreensão dos conteúdos e análise dos fenômenos observados.

Na primeira etapa do trabalho, com a intenção de alcançar os objetivos pretendidos, foi usada como metodologia, a pesquisa bibliográfica que já vem sendo executada desde o processo de construção do projeto desse trabalho e, se conclui na elaboração desta monografia. Trazendo os autores já citados e referenciados como fonte para uma explanação mais rica e fundamentada dos conceitos apresentados.

Usa-se o termo referências para o conjunto de títulos – inclusive sites e documentos eletrônicos – consultados pelo(s) autor(es) para a elaboração de um trabalho (livro, artigo, capítulo etc.), e citados ao longo da obra. As fontes das ilustrações também fazem parte das referências. Cada item das referências inclui a relação dos dados completos da publicação mencionada. No geral, seguem-se os padrões básicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (BRASIL, s.d.).

Para a segunda etapa da metodologia foi elaborada uma pesquisa empírica de caráter quantitativo com análise qualitativa, por amostra, realizada entre assistentes sociais das mais diversas áreas de atuação.

A pesquisa empírica foi instrumentalizada através de um questionário estruturado. As questões permitiram elencar indicadores como: características sócio demográficas, condições do ambiente de trabalho, as relações de trabalho e a experiência que os mesmos têm com o processo de adoecimento que pode ser ocasionado pelo trabalho.

As questões utilizadas no questionário, analisadas com foco no trabalho do assistente social, foram reduzidas e adaptadas da Escala de Estresse no Trabalho (EET):

(...) instrumento de estresse ocupacional geral, baseado num

paradigma diferente, de fácil aplicação e que pudesse ser utilizado em diversos ambientes de trabalho e para ocupações variadas. A construção de um instrumento geral de estresse ocupacional foi sugerida em 1987, por Murphy e Hurrell, como sendo necessária. Elaborou-se então, a Escala de Estresse no Trabalho (EET) (...) (PASCHOAL e TAMAYO, 2004, p 48).

E do instrumento Maslach Burnout⁷ Inventory (MBI):

O instrumento mais utilizado para avaliar burnout, independentemente das características ocupacionais da amostra e de sua origem, segundo Gil-Monte e Peiró (1999), é o MBI - Maslach Burnout Inventory, elaborado por Christina Maslach e Susan Jackson em 1978. Sua construção partiu de duas dimensões, exaustão emocional e despersonalização, sendo que a terceira dimensão, realização profissional, surgiu após estudo desenvolvido com centenas de pessoas de uma ampla gama de profissionais (Maslach, 1993) (CARLOTTO E CÂMARA, 2004, p. 500).

Com questões baseadas nessas escalas preexistentes, já validadas academicamente, foi possível elaborar oito perguntas sócio demográficas e quinze específicas sobre o trabalho, cumprindo assim o propósito de aproximar as temáticas e os conceitos aqui tratados das informações coletadas, particulares da experiência das profissionais.

Os questionários foram divulgados em três grupos de discussão e debates de assistentes sociais do Brasil, em uma rede social ⁸, e 638 respostas foram coletadas. Por isso, profissionais com perfis diversos participaram da pesquisa, permitindo traçar um panorama geral de suas percepções e vivências nos mais diversos espaços de trabalho.

Com base nos assuntos já tratados e percorridos na pesquisa bibliográfica, será possível analisar as informações da pesquisa empírica, correlacioná-las com as bases teóricas acumuladas e refletir sobre as experiências que as assistentes sociais tem tido atualmente, em sua atuação

⁷ Em maio de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu a Síndrome de Burnout, também conhecida como esgotamento profissional, na lista de "Fatores que influenciam a saúde". Este é um fenômeno relativo exclusivamente ao mundo do trabalho e foi descrito como "uma síndrome resultante de um estresse crônico no trabalho que não foi administrado com êxito" e que se caracteriza por três elementos: "sensação de esgotamento, cinismo ou sentimentos negativos relacionados a seu trabalho e eficácia profissional reduzida". Esta classificação passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 (G1, Ciência e Saúde. 2019).

⁸ O questionário da pesquisa foi compartilhado em três grupos de Assistentes Sociais no Facebook, que podem ser vistos nos links: <https://tinyurl.com/y4xa9x4e> (grupo público), <https://tinyurl.com/y4l2vmbe> (grupo fechado) e <https://tinyurl.com/y48cs7c2> (grupo fechado).

profissional.

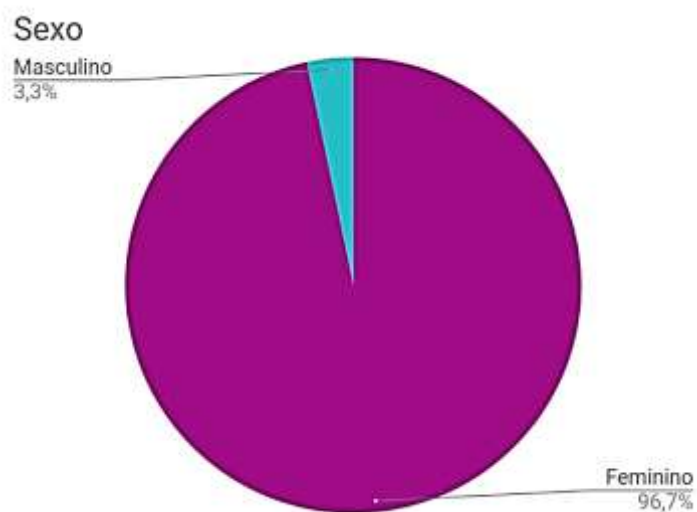
3.2- ANÁLISE DA PESQUISA

3.2.1- Questionário sócio demográfico:

A pesquisa empírica desenvolvida para compreender o trabalho das assistentes sociais e a sua relação com o sofrimento mental. Teve como primeiro momento a elaboração de um questionário sócio demográfico. Este questionário teve por objetivo compor um breve perfil das assistentes sociais que participaram da pesquisa, considerando sua amostra.

Com base nas informações coletadas, foi reforçada a imagem geral da profissão como um espaço ocupacional histórico majoritariamente feminino. Com 96,7% das assistentes sociais que participaram da pesquisa sendo mulheres, é possível afirmar que muitas questões referentes ao gênero são transversais ao debate proposto.

GRÁFICO 1: Sexo



O Serviço Social permanece extremamente feminino não apenas porque há associação na cultura brasileira entre a ideia do serviço e do cuidado com os âmbitos da casa, ou seja, com o universo feminino (DAMATA,2000), mas porque a prática desenvolvida pelos assistentes sociais (melhor seria dizer pelas assistentes sociais) é

identificada, ela também, com este universo, atraindo assim, mais mulheres para a profissão (SIMÕES, 2008, 48).

De acordo com Antunes e Alves (2004), o aumento do trabalho feminino, na contemporaneidade, é uma tendência do mercado, sendo absorvido preferencialmente em espaços precarizados e desregulamentados. Pode-se perceber que o capitalismo reserva um espaço para as mulheres na divisão sexual do trabalho, com características de exploração e opressão particulares, enquanto classe trabalhadora.

Considerando o papel social da mulher, além do trabalho profissional é de responsabilidade da grande maioria das mesmas atividades relacionadas ao trabalho doméstico, exercendo assim dupla jornada. De acordo com Silva e Silva (2013), a predominância feminina na profissão pode ser considerada um fator que interfere na precarização das condições de trabalho e isso, por sua vez, incide nos processos de sofrimento e adoecimento das mulheres assistentes sociais.

No tocante ao Serviço Social, tanto os profissionais quanto a população usuária dos serviços, em sua grande maioria, é constituída por mulheres. Isso repercute em um processo de “feminização da pobreza” e “feminização da precarização das condições de trabalho”, dada a histórica desigualdade em que estão inseridas as mulheres nas relações de trabalho, política e renda (SILVA E SILVA, 2013, p.5).

Os autores, Antunes e Alves (2004) colocam ainda que, em contrapartida à expansão do trabalho feminino, há o salário oferecido a elas. A remuneração das mulheres no mercado é de forma geral inferior à recebida por homens, assim como, os direitos sociais e do trabalho que também são díspares.

GRÁFICO 2: Remuneração

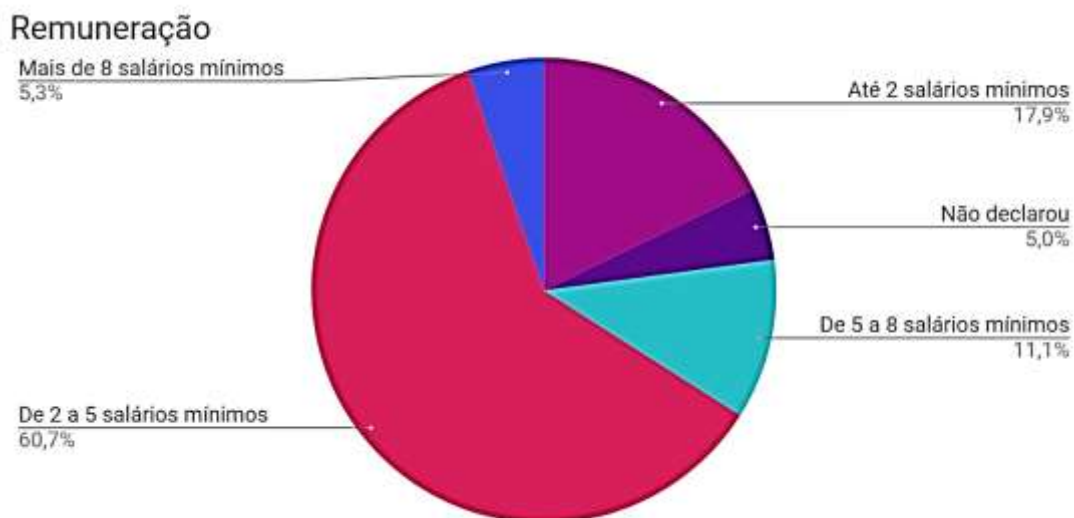
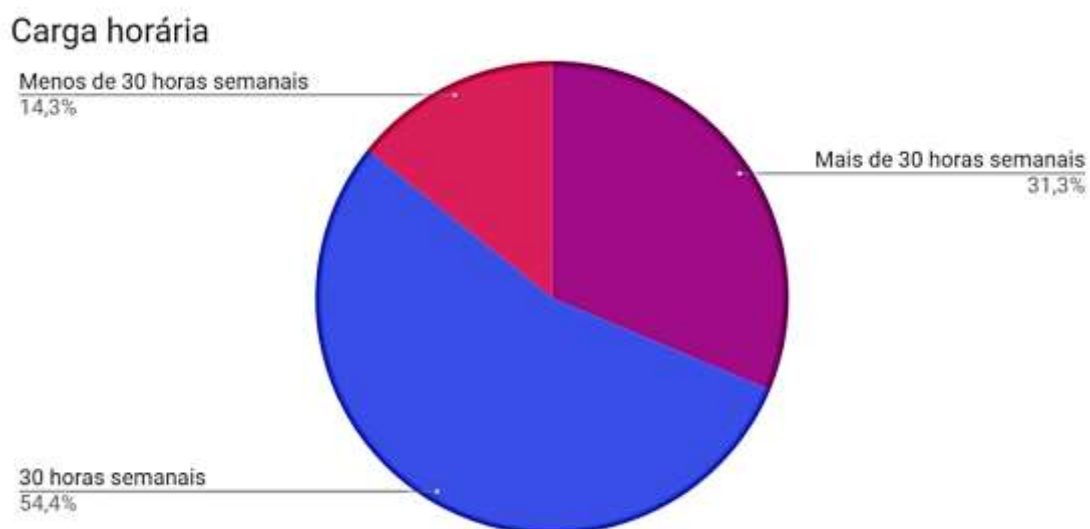


GRÁFICO 3: Carga Horária



A conquista das 30 horas como carga horária semanal para assistentes sociais foi um ganho de toda a categoria e, fruto da luta e da organização das profissionais pelo direito de um trabalho com mais qualidade. Na época em que a categoria pleiteou este direito, se sabia que o trabalho do assistente social é potencialmente adoecedor. Boschetti (2011) coloca que, nesse processo de luta, já eram difundidas pesquisas que mostravam que, depois dos policiais e

professores, o Serviço Social era uma das profissões mais expostas ao stress e riscos para a saúde. Por isso tal conquista foi e é tão significativa para a categoria e para o mercado de trabalho como um todo.

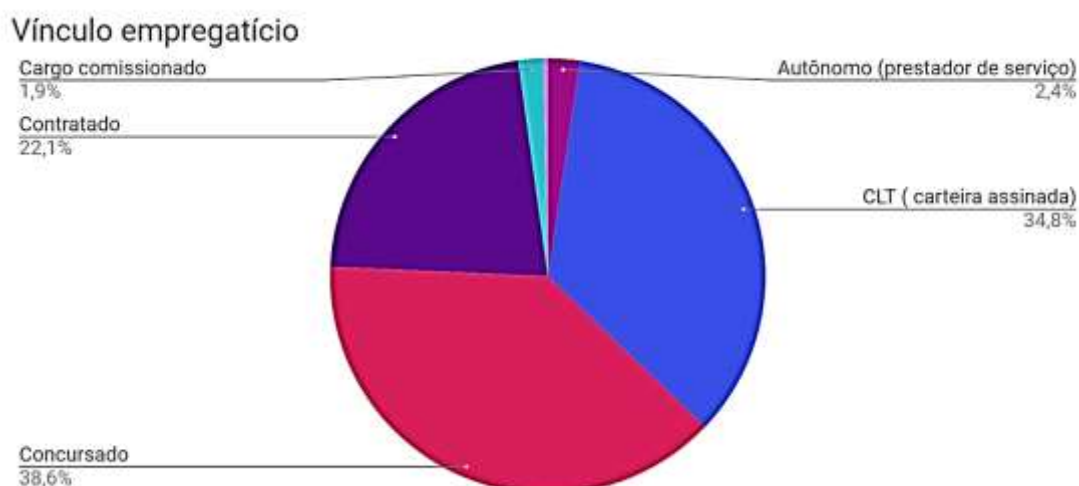
Art. 1º A Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:
Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais (BRASIL, 2010).

Como está expresso no gráfico, porém, muitas assistentes sociais ainda não tem a carga horária de 30 horas estabelecida. Mais de 30% delas ainda trabalha mais do que o constituído por lei.

Nessa amostragem pôde ser constatado que, em todas as formas de vínculo empregatício, existe tal descumprimento do limite de horas, porém este fato é atrelado (na maioria das vezes) à contratos de trabalhos precários. A exemplo de todos os casos de “vínculos” autônomos e nos dois casos de assistente social terceirizada. Nos contratos temporários a maioria das assistentes sociais trabalha mais ou menos do que 30 horas. O único vínculo empregatício em que a maioria das assistentes sociais cumpre a carga horária estipulada são as concursadas (56%), mas como já foi dito, ainda assim existem muitos casos de mais e menos horas semanais.

Em seguida podemos analisar o gráfico relacionado aos vínculos empregatícios:

GRÁFICO 4: Vínculo Empregatício

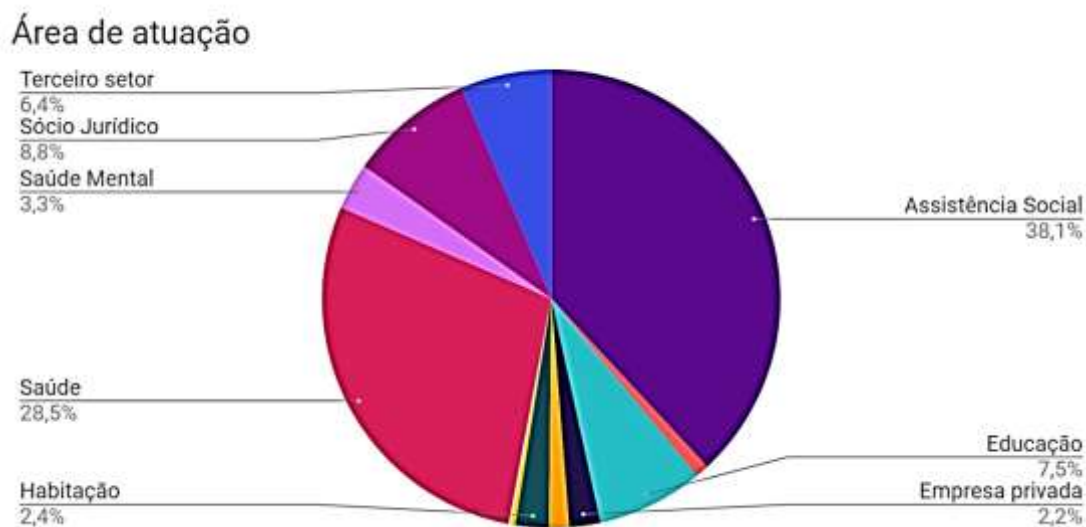


Como demonstrado acima, a maioria das assistentes sociais é concursada e, com um número próximo estão as profissionais vinculadas à CLT. Ambas as formas são vínculos mais estáveis e/ou garantem maior acesso a benefícios relativos a questões trabalhistas. Os demais vínculos aparecem em menor quantidade: como contratos temporários, autônomos – englobando contratação como pessoa jurídica –, cargo comissionado e terceirizado (em lilás). Estes dados podem ou não representar o cenário nacional. Nesta amostra, essas informações apontam que mesmo ainda em menor quantidade, há uma nova tendência de mercado. Vínculos trabalhistas mais precários, oferecendo menos direitos, salários mais baixos e cargas horárias que não atendem às exigências, começam a ser vistos com mais frequência.

O processo de flexibilização do trabalho com suas características referentes às novas formas de contratação, mais precárias, tem sido vistas em áreas menos comuns como o próprio Serviço Social.

No âmbito do Serviço Social, verifica-se a ampliação de formas de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs), de falsas cooperativas de trabalhadores, na prestação de serviços a governos, especialmente subnacionais, e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão do trabalho (RAICHELIS, 2013, p.625).

GRÁFICO 5: Área de Atuação



De acordo com as respostas das participantes da pesquisa, as áreas em que as profissionais de Serviço Social atuam majoritariamente é a Assistência Social, seguida da Saúde. Raichelis (2013), baseada em diversos estudos coloca que, as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil tem a característica de prevalência dessas duas políticas, e nas demais regiões Assistência Social é a que predomina.

Os segmentos de atuação em que há menos assistentes sociais (menores fatias do gráfico), entre as profissionais que responderam ao questionário, foram: habitação, gestão e docência; todas com pouco menos de 1% de representatividade.

Um dado que apresenta certa relevância é a porcentagem de assistentes sociais inseridas no terceiro setor. A absorção de profissionais é maior que na educação nesta amostra, por exemplo. Esse fator retrata uma tendência de expansão dessa frente de trabalho, que consoante Antunes e Alves (2004) trata-se de uma consequência intrínseca à compressão do mercado de trabalho industrial e de serviços, num cenário de desemprego estrutural. O Estado se utiliza dessas empresas de cunho comunitário, baseadas no voluntariado, para se desresponsabilizar de demandas da

sociedade, tampando essas lacunas com atividades exercidas pela própria sociedade civil.

Nenhuma das profissionais que responderam à pesquisa, e que atuam no Terceiro Setor, cumprem às 30 horas semanais. 67% delas trabalha mais do que a carga horária estabelecida por lei, e as demais trabalham menos que isso, configurando das duas formas trabalhos precários. No primeiro caso, em desacordo com os direitos conquistados pela categoria e, no segundo, com tempo restrito para execução de suas atividades, gerando ainda menos condições de desempenhar uma atuação qualificada.

Com o questionário sócio demográfico aplicado também foi possível definir o perfil de raça/cor e a faixa etária das profissionais de Serviço Social expresso nesta amostra. Como pode ser visto nos gráficos a seguir:

GRÁFICO 6: Raça/cor

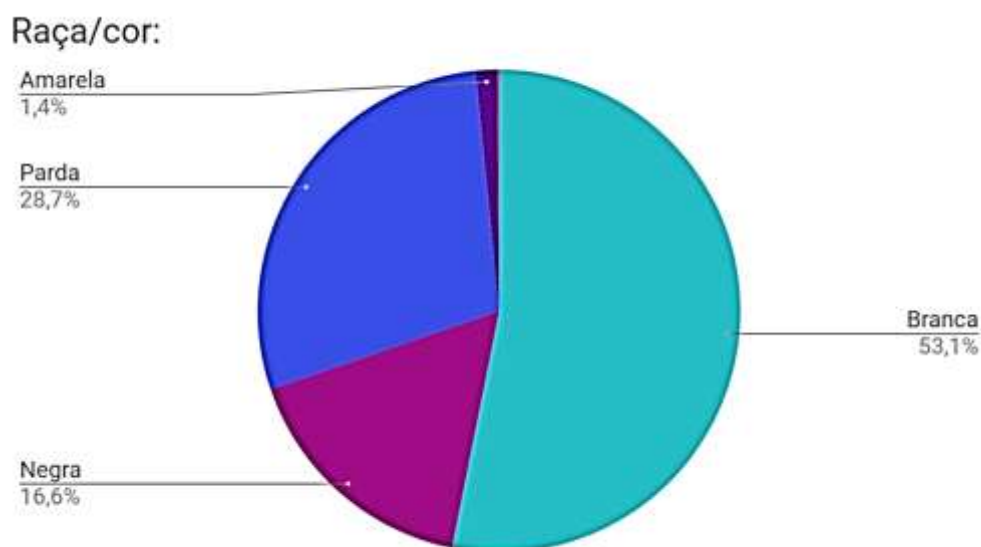
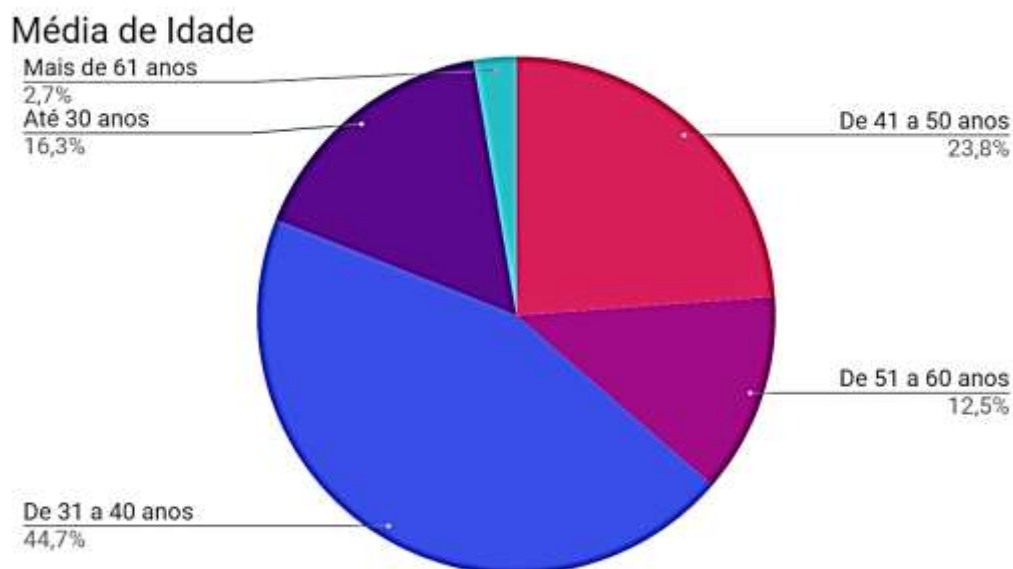


GRÁFICO 7: Média de Idade



Considerando a conjuntura brasileira e o quão difícil é o acesso da população negra ao ensino superior⁹, pode-se compreender o perfil majoritariamente branco dentro do Serviço Social – considerando a amostra pesquisada. Atrelando esses fatores à faixa etária da maioria das profissionais – de 31 a 40 anos, seguido das de 41 a 50 anos – podemos concluir que as assistentes sociais que estão no mercado atualmente ainda se enquadram com as características tradicionais da profissão. Porém, acompanhando as possibilidades dadas pelo sistema de cotas nas universidades, por exemplo, é possível vislumbrar uma mudança deste perfil para o futuro da profissão. Não sem enfrentar barreiras sociais e obstáculos impostos pelo mundo do trabalho, entre elas a “crescente exclusão de jovens, que atingiram idade de ingresso no mercado de trabalho acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários e dos desempregados (ANTUNES E ALVES, 2004, p.339)”.

⁹ “Somente 12,8% dos negros (pretos e pardos), entre os 18 e 24 anos, são estudantes em instituições de ensino superior brasileiras, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2015. Considerando a totalidade da população brasileira, são apenas 34% de negros nas universidades (UFJF, 2017).”

3.2.2- Questionário Específico

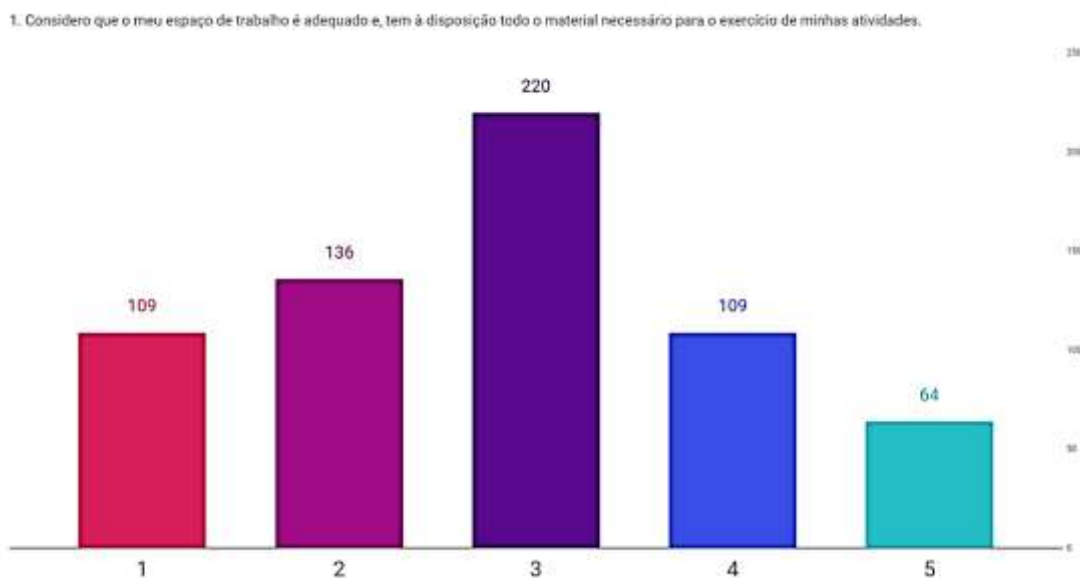
Para o questionário específico acerca do trabalho das assistentes sociais foram feitas questões fechadas, afirmativas e numeradas de 1 a 5 para que as profissionais pudessem assinalar o nível de concordância que as mesmas tinham com a colocação.

Tabela 1: Referência de respostas para o questionário específico

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Concordo em parte	Concordo	Concordo totalmente

A primeira questão “*Considero que meu espaço de trabalho é adequado e tem à disposição todo o material necessário para o exercício de minhas atividades*”, obteve em sua maioria (34,4%) assistentes sociais que **concordam em parte** com a afirmativa. Sendo que os que **discordam totalmente** e **discordam** somam um total de 38,4% e; os que **concordam** ou **concordam totalmente** condensam 27,1% das profissionais.

GRÁFICO 8 - Considero que meu espaço de trabalho é adequado e, tema disposição todo o material necessário para o exercício de minhas atividades



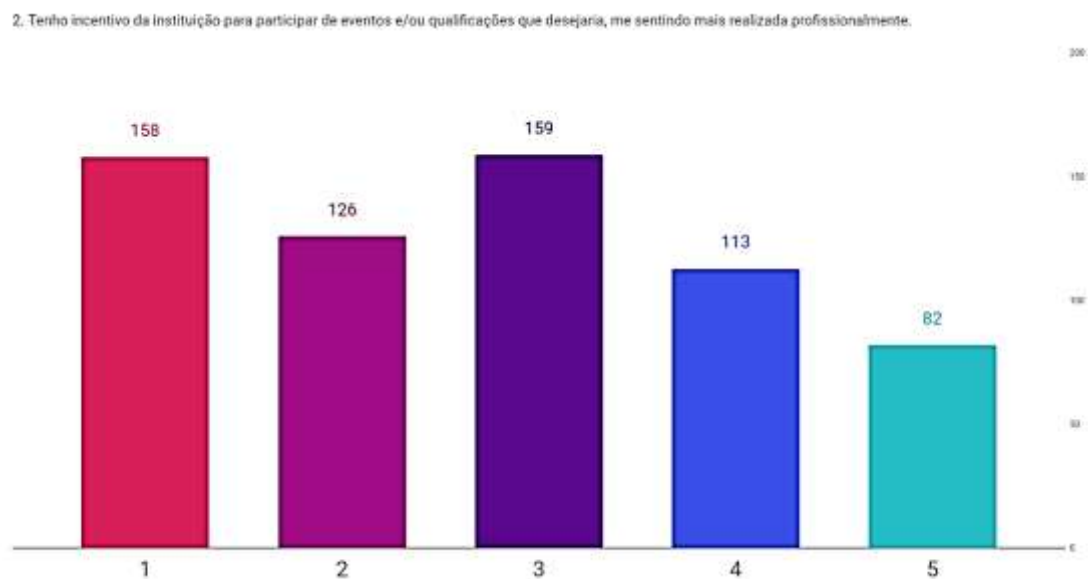
Com isso é possível compreender que as assistentes sociais, majoritariamente, não possuem espaços de trabalho com todas as condições e materiais para desenvolver seu trabalho. Na resolução do CFESS (Conselho Federal Do Serviço Social) nº493/2006, o Conselho dispõe sobre as condições e espaço físico adequados para o atendimento ao usuário:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006).

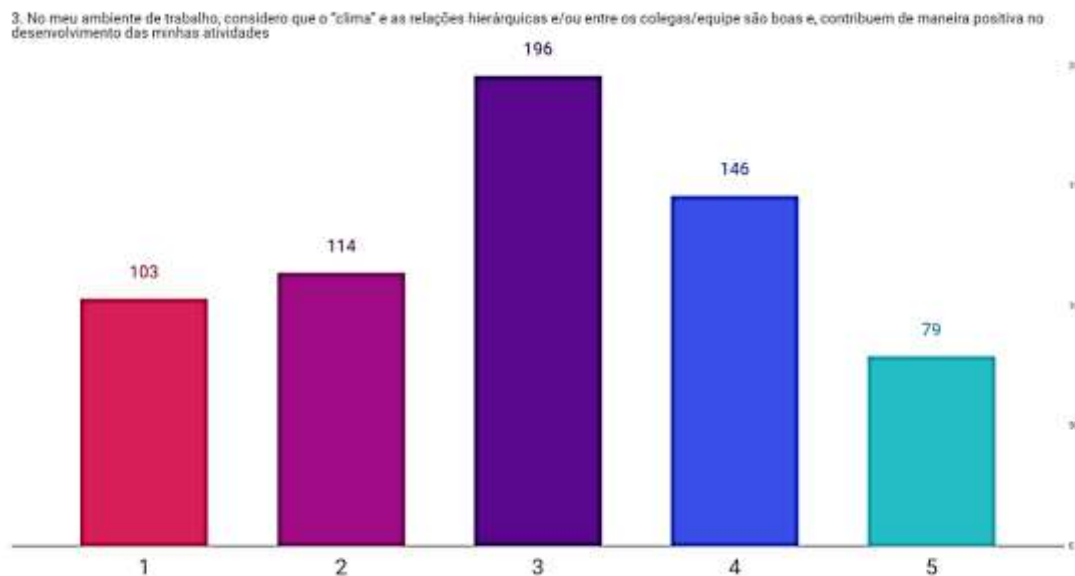
Sobre o *incentivo da instituição para a participação de eventos e qualificação profissional* podemos observar no gráfico abaixo que as opções **discordo totalmente** e **concordo em parte** praticamente se equivalem. **Discordo** supera um pouco o **concordo**, ficando com menos concordâncias para a opção **concordo totalmente**.

GRÁFICO 9 – Tenho incentivo da instituição para participar de eventos e /ou qualificações que desejaria, me sentindo mais realizada profissionalmente.



De maneira geral, portanto, a maioria das assistentes sociais da amostra discorda que haja incentivo para seu aperfeiçoamento, que como foi pontuado na questão é considerado um fator de realização profissional e, com isso, de satisfação com o trabalho. Logo, a maior parte das instituições não tem essa valorização do aprendizado, no sentido de investir e/ou estimular seus profissionais em um processo de evolução intelectual.

GRÁFICO 10 – No meu ambiente de trabalho, considero que o “clima” e as relações hierárquicas e/ou entre os colegas/equipe são boas e, contribuem de maneira positiva no desenvolvimento das minhas atividades.



A grande maioria das participantes da pesquisa **concorda em parte**, seguidas pelas que **concordam**, quando questionadas se o *clima e relações hierárquicas e/ou entre colegas são boas e contribuindo de maneira positiva no desenvolvimento das atividades*.

Este resultado é de certa forma positivo, considerando que o trabalho do assistente social, muitas vezes, está correlacionado a relações de equipe e com profissionais de outras áreas. Ressaltando que, mesmo sem um trabalho em equipe propriamente, em toda organização existem relações hierárquicas de trabalho.

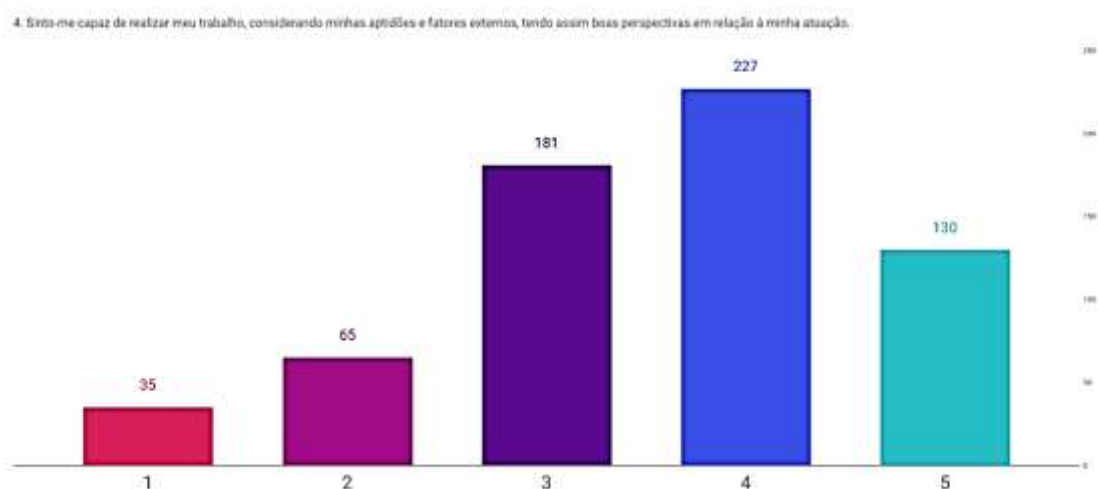
Nesses cenários é, então, previsível que haja conflitos e tensões entre os trabalhadores, respaldando os 34% que **discordam** e **discordam totalmente** de o trabalho em equipe contribui positivamente para o trabalho.

Em estudos anteriores, Raichelis e Silva (2015) comprovam que em suas relações mais acirradas de trabalho, o assistente social pode estar submetido ao assédio moral. As autoras concluíram em sua pesquisa empírica que profissionais da previdência, habitação, docência, entre outras, já haviam vivido episódios de assédio por chefias. “Em um conjunto de dezenove profissionais que responderam ao questionário, cinco vivenciaram o assédio

moral, representando 26,3%, o que demonstra um número relativamente alto para um universo pequeno de entrevistados (as) (RAICHELIS e SILVA, 2015, p.598)”. Sendo esse um dos fatores que potencialmente levam ao adoecimento mental relacionado ao trabalho. Principalmente ponderando os espaços de trabalho precários, com poucos recursos que as profissionais já sinalizaram estar alocadas.

(...) O Assistente Social é chamado a compor equipes interdisciplinares, onde deve contribuir para explicar e intervir nas expressões da questão social, considerando seu compromisso ético-político de coadjuvar para uma sociedade democrática, com serviços públicos de qualidade, livre de preconceitos, exploração, e autoritarismo. O Assistente Social embora essencialmente capacitado para atuar de forma interdisciplinar, deve buscar a superação de diversos desafios que impedem a efetivação do trabalho interdisciplinar. A começar por si mesmo, enquanto profissional determinado pela sociedade capitalista, reconhecendo suas limitações e buscando aprimorar-se na perspectiva da competência profissional, como fundamenta seu Código de Ética profissional. E também a contribuir com a equipe na qual se insere, buscando fazer-se conhecer e também conhecer as demais disciplinas, através da comunicação, da produção de conhecimento, de ações competentes e comprometidas com seu Projeto Ético-Político (GOMES, 2016, p.11,12).

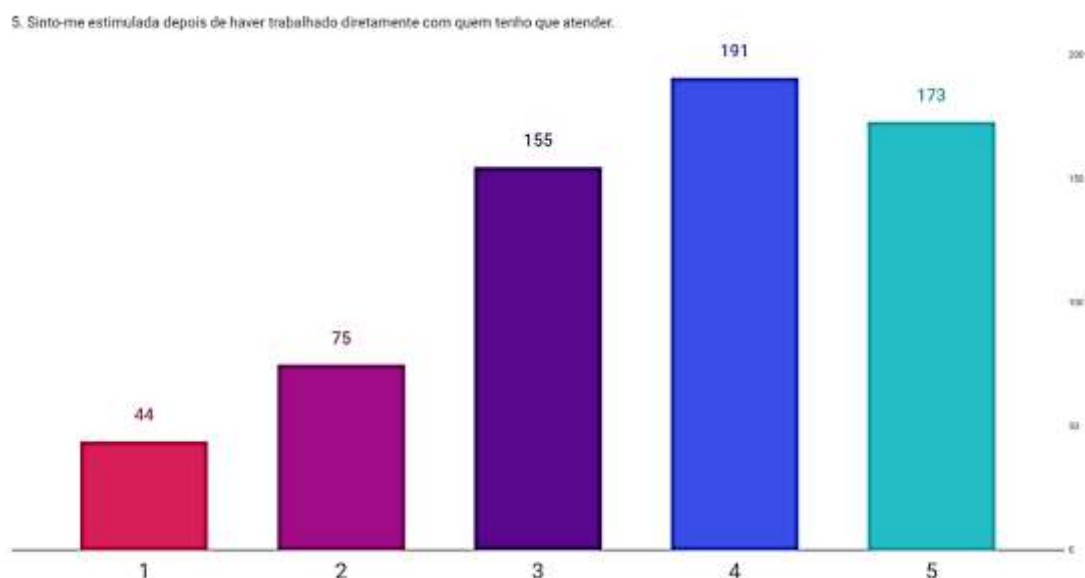
GRÁFICO 11- Sinto-me capaz de realizar meu trabalho, considerando minhas aptidões e fatores externos, tendo assim boas perspectivas em relação à minha atuação



De acordo com a amostra, as assistentes sociais, em sua grande maioria, **concordam**, seguidas das que **concordam em parte**, que se *sentem capazes de realizar o trabalho, considerando suas aptidões e fatores externos, tendo boas perspectivas em relação à própria atuação*.

Esse dado demonstra que as profissionais despendem certo esforço no sentido de realizar seu trabalho da melhor forma possível, ainda que com situações adversas em seus locais de trabalho. Ainda que sem o apoio das instituições para se aperfeiçoar, e sem espaço e material adequados para realizar suas atividades. Com isso, é possível deduzir que a dedicação que as assistentes sociais depositam no trabalho, suas estratégias e formas de administrar as demandas atendem de certa forma o que lhes é requisitado. É evidente que, em melhores condições de trabalho, as profissionais conseguiriam realizar atividades que superariam demandas imediatas e institucionais. Mas, de acordo com o respondido, as atividades executadas atendem às expectativas de forma satisfatória.

GRÁFICO 12- Sinto-me estimulada depois de haver trabalhado diretamente com quem tenho que atender

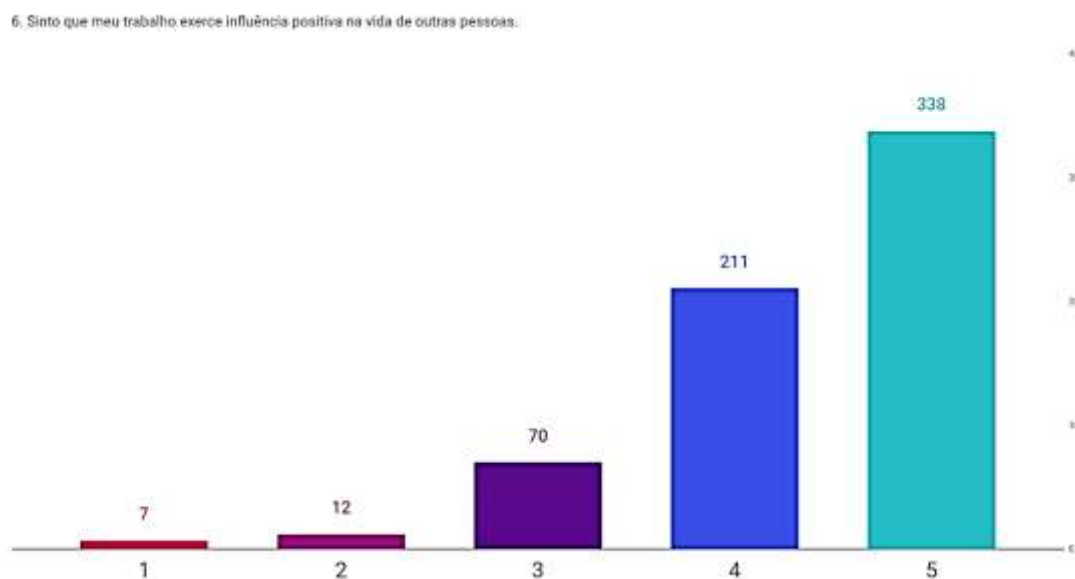


Ponderando as respostas das assistentes sociais na questão “*Sinto-me estimulada depois de haver trabalhado diretamente com quem tenho que*

atender”, a considerável maioria assegura **concordar** com o estímulo suposto na afirmação. Logo, podemos considerar que a relação com os usuários não é um fator que influencia negativamente no trabalho do assistente social, ao contrário, os usuários são um fator de satisfação para as profissionais a sua atuação profissional.

Ainda que cada área de atuação tenha sua especificidade em relação ao público alvo e, particularidades na relação com seus usuários, em nenhuma área o número de assistentes sociais que selecionou as opções **discordo** e **discordo totalmente** superou as demais opções. Ou seja, em todas as frentes de trabalho a maioria das profissionais – considerando a amostra – tem como ponto de satisfação o atendimento às pessoas que solicitam seu trabalho.

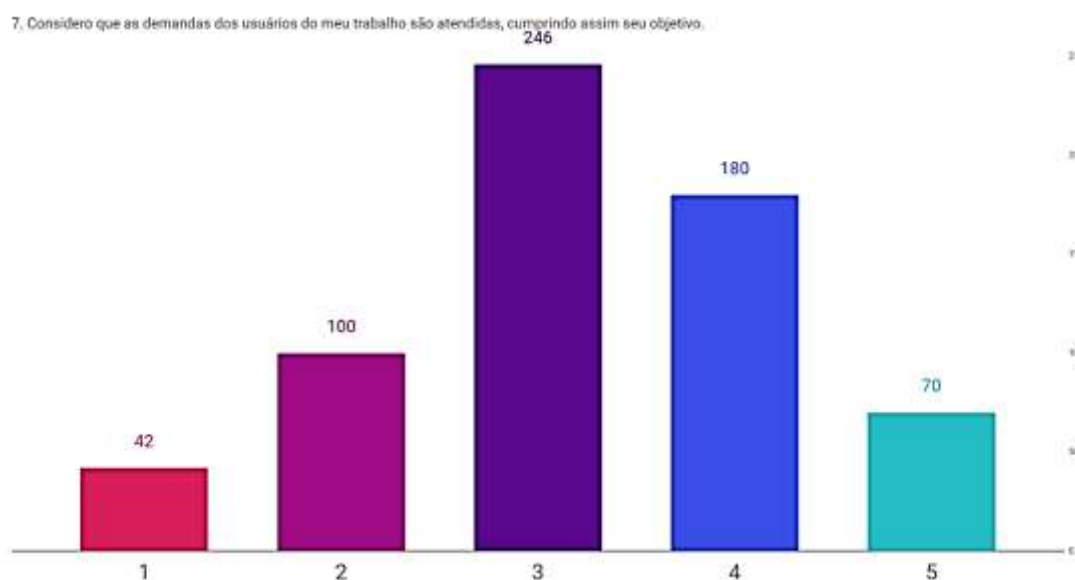
GRÁFICO 13 – Sinto que meu trabalho exerce influência positiva na vida de outras pessoas



Seguindo a tendência das questões anteriores, a considerável maioria das participantes da pesquisa *sentem que o seu trabalho exerce influência positiva na vida das pessoas*. Nesta afirmação, aproximadamente 53% das profissionais **concordam totalmente** e 33% **concordam** que seu trabalho é positivo para outras pessoas.

Somando isso às questões anteriores no tocante à satisfação das relações entre assistentes sociais e usuários e, a sensação de ser capaz de realizar o próprio trabalho de forma satisfatória, pode-se perceber que esses fatores não imputam caráter negativo ou adoecedor ao trabalho. As assistentes sociais tem prazer em questões do trabalho que partem do seu próprio desempenho ou se referem aos usuários.

Gráfico 14- Considero que as demandas do meu trabalho são atendidas, cumprindo assim seu objetivo.



No tocante à questão “*considero que as demandas dos usuários do meu trabalho são atendidas, cumprindo assim seu objetivo*”, 38,5% das assistentes sociais **concordam em parte** com a afirmativa e 28% **concordam**.

De acordo com o que foi respondido nos gráficos 11 e 13, pode-se considerar que as demandas são atendidas a partir de um trabalho comprometido, exercido pelas profissionais.

No entanto, ao analisarmos a conjuntura do país atualmente, o horizonte dos direitos e o acesso às políticas sociais está bastante comprometido. Por isso, cabe ponderar também à que contexto político e social às demandas dos usuários do Serviço Social estão vinculadas. O compromisso do Estado e do atual governo brasileiro com as iniciativas neoliberais tem impactado

diariamente no cotidiano da população e dos usuários do Serviço Social. A dita “reforma” da previdência que retira direitos dos trabalhadores, os cortes na educação, debates que colocam em xeque a gratuidade do SUS, infligem barreiras ao acesso de direitos já adquiridos pela sociedade.

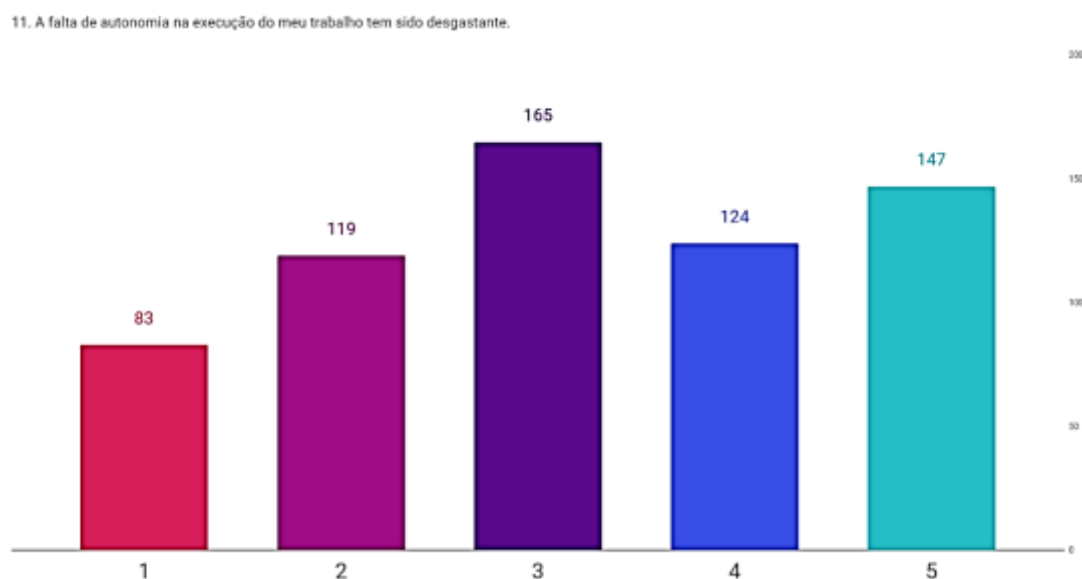
É necessário também, termos a compreensão de que, grande parte da população pobre do Brasil, nem chega a ter acesso ao Serviço Social e às políticas de assistência. No ultimo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), 26,5% da população vive em situação de pobreza no ano de 2017. A pesquisa ainda ressaltou que:

Para erradicar a pobreza, o estudo apontou que seria necessário investir R\$ 10,2 bilhões por mês na economia, ou garantir R\$ 187 por mês a mais, em média, na renda de cada pessoa nessa situação. A análise demonstra que não só a incidência da pobreza aumentou, mas também a intensidade, já que em 2016 esse valor era de R\$ 183 a mais (IBGE, 2018).

Considerando que tais dados são anteriores aos cortes atuais, podemos entender que a expectativa é que os níveis de desigualdade e pobreza aumentem, deixando à margem grande parte da população que não será acolhida por nenhuma política social. Levando-nos a concluir que as demandas dos usuários do Serviço Social e de seus trabalhadores serão cada vez menos atendidas.

Segundo Marx (2006), o capital não tem a menor preocupação com a saúde e a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. A degradação física e mental do trabalhador, a morte prematura, o suplício do trabalho levado até a completa exaustão só se tornam alvo do capital mediante as leis impostas/compulsórias pela livre competição a que se submete cada capitalista individual (VALLE e LEITE, 2018, p.126).

Gráfico 15 – A falta de autonomia na execução do meu trabalho tem sido desgastante

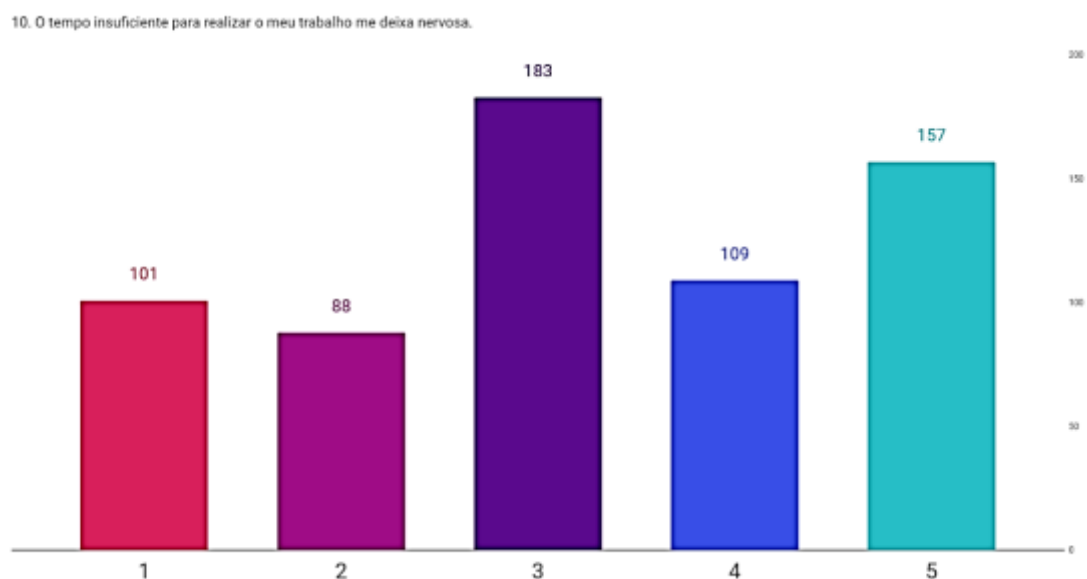


Em relação ao “desgaste gerado pela falta de autonomia na execução do trabalho” 165 (25,8%) assistentes sociais **concordam em parte**, 147 (23%) **concordam totalmente** e 124 (19,4%) **concordam** com a afirmação. Com isso, podemos afirmar que nesta amostra a falta de autonomia tem sido um fator negativo no trabalho das profissionais.

A autonomia do assistente social é um direito garantido pelo Código de Ética da Profissão, Lei N° 8.662, de 7 de Junho De 1993: “ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções” (BRASIL, 2012). Tal autonomia porém é relativa, permeada pelas relações de mercado de venda do trabalho, pelos assistentes sociais e, compra pelos empregadores. Dessa forma, o profissional também deve responder às demandas institucionais.

Quando considerada desgastante a falta de autonomia, por parte das profissionais, podemos constatar que, devido às precarizações do trabalho, ao excesso de demandas imediatas e pontuais, entre outros fatores, a liberdade de administração do profissional sobre o trabalho tem sido cerceada.

Gráfico 16 – O tempo insuficiente para realizar o meu trabalho me deixa nervosa

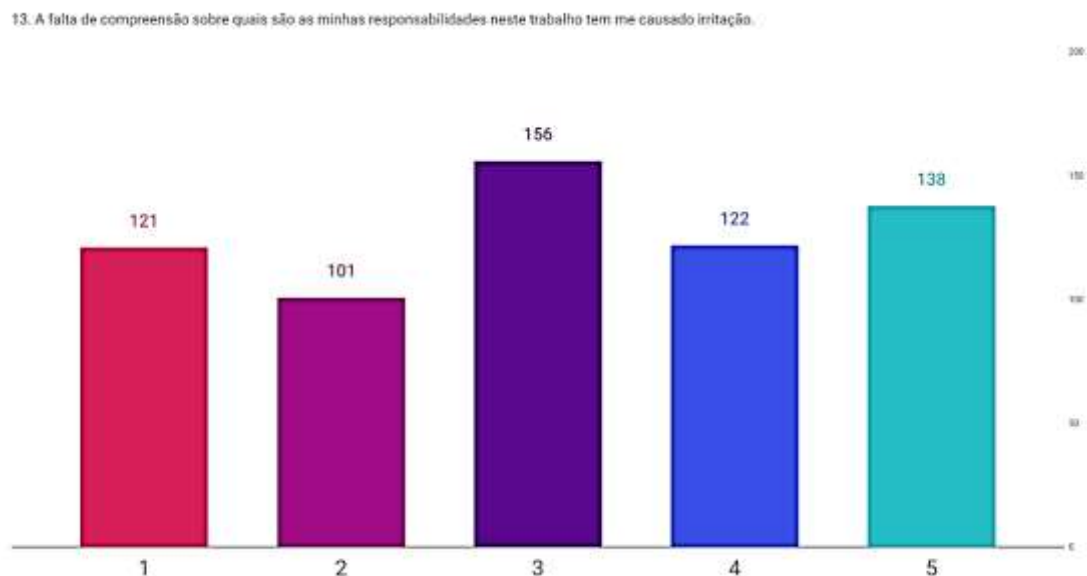


Com 183 (28,6%) das assistentes sociais afirmando que **concordam em parte** e 157 (24,6%) afirmando que **concordam totalmente** com a afirmação “o tempo insuficiente para realizar o meu trabalho me deixa nervosa”, pode-se constatar que esse fator tem um considerável potencial adoecedor.

A falta de tempo pode ser diretamente associada à carga horária das assistentes sociais. Nos espaços de trabalho em que houve a adequação para 30 horas semanais, podemos perceber que o número de profissionais não aumentou para atender a demanda. Pelo contrário, mesmo com a mesma demanda ou o aumento dela, as empresas não contratam outras assistentes sociais, fazendo com que o Serviço Social tenha que suprir as mesmas necessidades, porém em menos tempo.

No caso das 91 assistentes sociais que trabalham menos de 30 horas semanais, 28 delas marcaram a alternativa **concordo totalmente**, 15 marcaram **concordo**, 21 **concordo em parte**, 14 **discordo** e 13 afirmaram **discordar totalmente**. Demonstrando que a menor carga horária só traz benefícios para as trabalhadoras quando, em contrapartida, mais profissionais são contratadas para atender as exigências do serviço.

Gráfico 17 – A falta de compreensão sobre quais são as minhas responsabilidades neste trabalho tem me causado irritação



Dentre as questões do questionário, a que se encontra neste gráfico foi a que apresentou respostas mais equânimes. Quase 19% afirma **discordar totalmente**, 24,4% **concordam em parte** e 21,6% **concordam totalmente** que *existe uma irritação causada pela falta de compreensão do trabalho das assistentes sociais*.

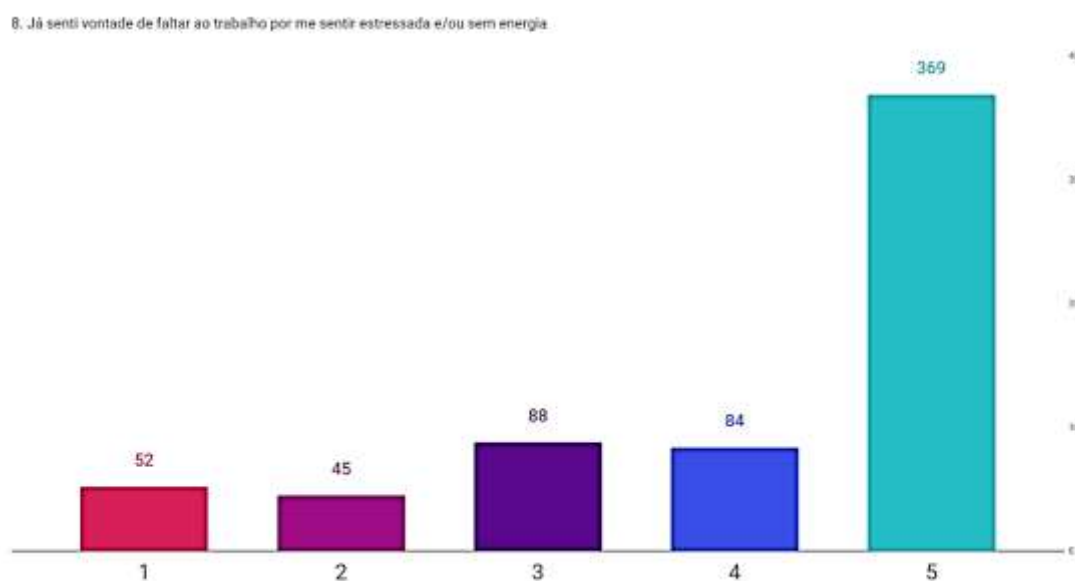
Ainda que com uma diferença menor entre as afirmações, a maioria das profissionais concorda que há certa falta entendimento acerca do que é atribuição do Serviço Social. As competências e atribuições das assistentes sociais são bem definidas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, respectivamente.

Considerando o objeto do Serviço Social a questão social e as suas múltiplas determinações na vida social, entendemos ser impossível listar todas as demandas que compõem matéria da profissão. Cabe ao profissional identificar os objetos, elaborar sua, proposta de intervenção, fundamentando sua prática cientificamente, distinguindo-a do trabalho de um leigo (CFESS, 2012, p.26).

Isso exige das profissionais estratégias que clarifiquem nos seus espaços quais são suas responsabilidades de acordo com o Código de Ética e o Projeto Ético-Político da profissão.

A Lei como instrumento, pôde articular princípios ético-políticos, e procedimentos técnico-operacionais. O texto legal expressa, pois, um conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais, embora saibamos que a predefinição das atribuições privativas e competências, como uma exigência jurídica/legal, não as garante na prática, posto estarem, também, condicionadas à lógica do mercado capitalista. Sabemos que o Serviço Social, historicamente, atua nas múltiplas refrações da questão social, conformadas na ordem social contemporânea e seus procedimentos técnicos são instrumentais vinculados a uma intencionalidade, que extrapola a requisição institucional, cuja demanda nos é colocada sem lapidação teórica e ético-política. Só a competência do(a) profissional, pelo conhecimento teórico-político é capaz de decifrar seu significado (CFESS, 2012, p.30).

Gráfico 18: Já senti vontade de faltar ao trabalho por me sentir estressada e/ou sem energia

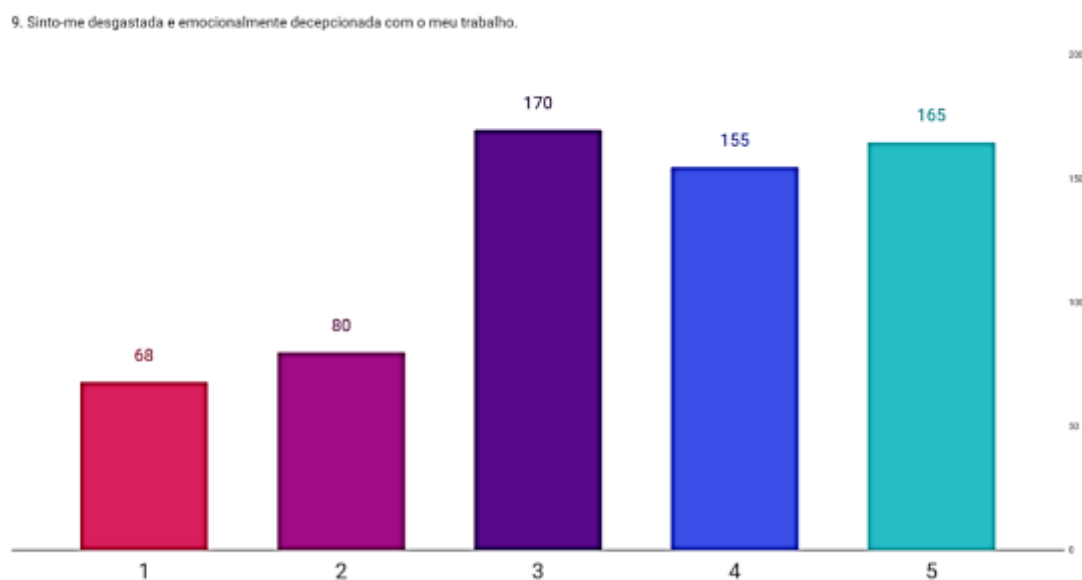


No gráfico, 15 (57,8%) das assistentes sociais **concordam totalmente** com a afirmação “*já senti vontade de faltar ao trabalho por me sentir estressada e/ou sem energia*”. Considerando a amostra, essa informação é bastante definitiva dentro da categoria.

As respostas dadas anteriormente sobre as relações de equipe, espaço e material disponível, incentivo ao aperfeiçoamento profissional, tempo insuficiente; apontam para rotinas estressantes. Além disso, o fato de as profissionais atribuírem a boa qualidade do serviço e as respostas dadas as

demandas ao seu próprio desempenho, demonstra que o trabalho exige das mesmas um grande esforço na superação das barreiras cotidianas.

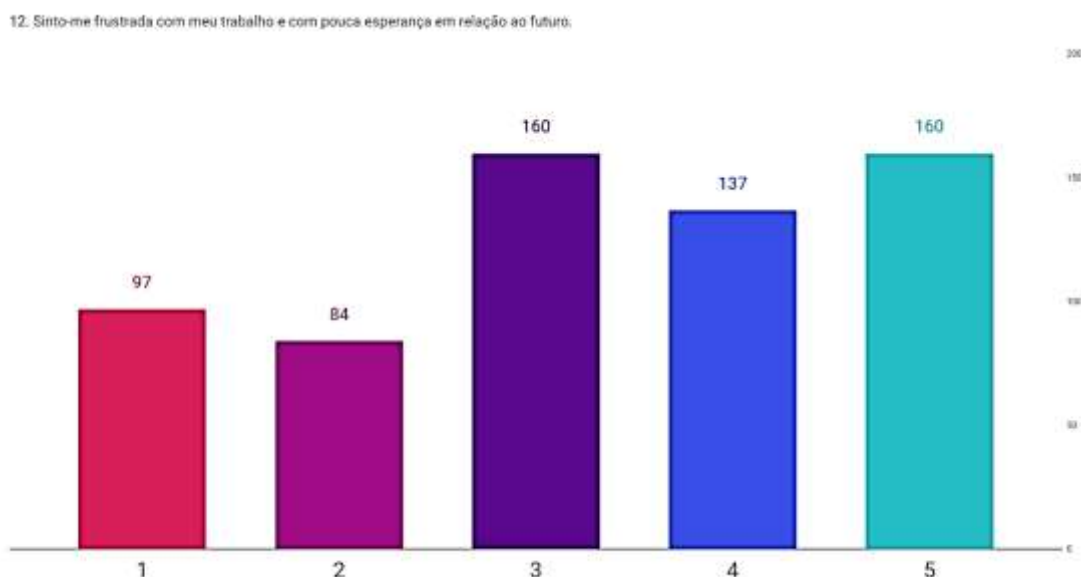
Gráfico 19: Sinto-me desgastada e emocionalmente decepcionada com meu trabalho



Na questão “*sinto-me desgastada e emocionalmente decepcionada com meu trabalho*”, 76,8% das assistentes sociais dessa amostragem marcou uma das opções: **concordo em parte, concordo ou concordo totalmente**. Nessa amostragem fica bastante evidente que atravessadas pelas mais diversas dificuldades cotidianas, as profissionais estão em sofrimento emocional.

Ainda que, muitas vezes, não seja um adoecimento extremo, as assistentes sociais apresentam majoritariamente sinais de estafa e estresse que podem ser agravados e tensionados com o tempo. Projeções essas que são corroboradas pelas participantes da pesquisa no gráfico que se segue:

Gráfico 20: Sinto-me frustrada e com pouca esperança em relação ao futuro



Seguindo a tendência da questão anterior, e apontando outro sinal de desgaste, em relação à *frustração e falta de esperança em relação ao futuro*, 25% das assistentes sociais da amostra **concordam em parte**, outros 25% **concordam totalmente** e 21,4% **concordam** com a afirmação. Ou seja, mais de 70% das profissionais sentem em certa medida decepção com o trabalho e insegurança sobre o futuro.

Somando os apontamentos das questões relativas aos impactos emocionais respondidas até então, temos montado um quadro em relação às predisposições ao adoecimento mental que pode surgir do trabalho.

Marcaram a opção 1, **concordo totalmente** ou 2, **concordo** o seguinte percentual de profissionais:

- 42,4% relatam desgaste gerado pela falta de autonomia;
- 41,1% afirmam nervosismo gerado por tempo insuficiente;
- 40,7% sentem irritação por causa da falta de compreensão do trabalho;
- 71% sentem vontade de faltar ao trabalho por estresse e/ou falta de energia;
- 50% afirmam estar desgastada e emocionalmente decepcionada;
- 46,4 das profissionais se sentem frustrada e sem esperança em relação ao futuro.

Em contrapartida à esses dados levantados até então; seguem as informações dos próximos gráficos:

Gráfico 21: Sinto-me, atualmente, pouco capacitada em relação às exigências mentais para o trabalho.

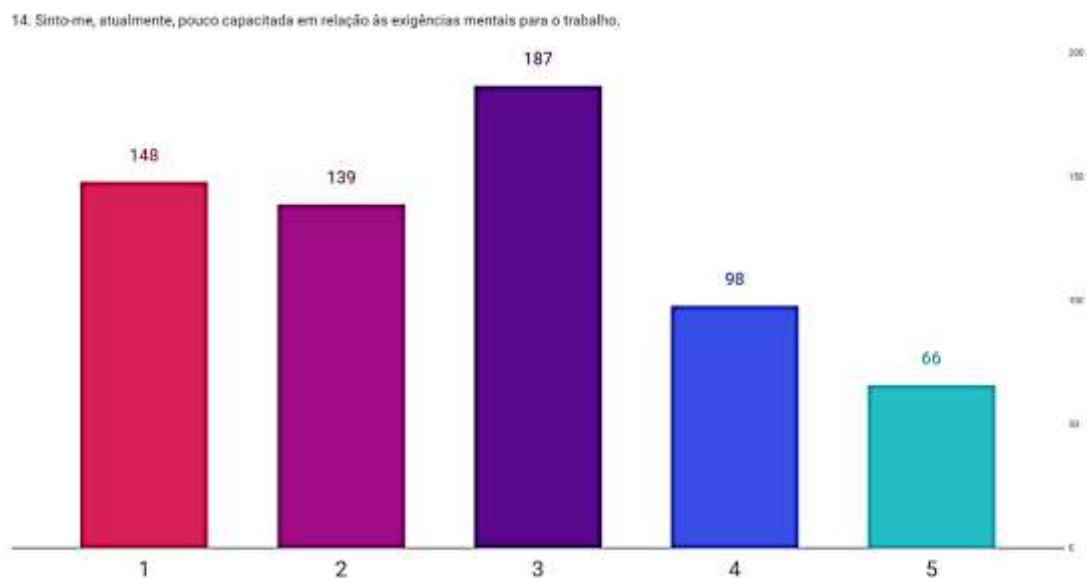
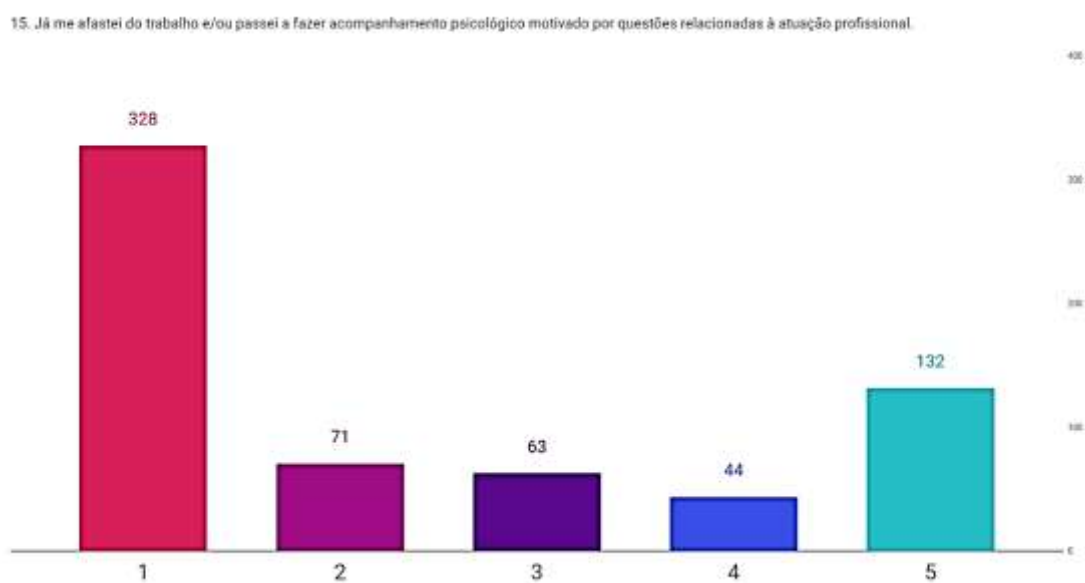


Gráfico 22: Já me afastei do trabalho e/ou passei a fazer acompanhamento psicológico motivado por questões relacionadas à atuação profissional.



No gráfico 21, de acordo com a tendência das repostas das assistentes sociais que participaram da pesquisa, a maioria *não se sente pouco capacitada em relação às exigências mentais para o trabalho*. Aproximadamente 45% das profissionais colocaram **discordar** ou **discordar totalmente** da afirmação. Portanto elas se enxergam capazes de suportar mentalmente o que lhes é requisitado pelo trabalho.

No gráfico 22, 51,4% das assistentes sociais **discordaram totalmente** quando a afirmação foi referente à necessidade *de se afastar do trabalho e/ou fazer acompanhamento psicológico motivado por questões relacionadas à atuação profissional*.

O resultado obtido nessas questões se desencontra dos resultados das questões anteriores, que apontavam para uma forte tendência de desgaste emocional derivado de um trabalho estressante. Esses dados nos levam a conclusão de que as assistentes sociais apesar de passarem por rotinas que esgotam, não passam paralelamente por um processo de análise do impacto do cotidiano na sua saúde.

As profissionais confirmam em suas experiências os impactos do trabalho em sua saúde mental e, é reiterado considerando as características potenciais para o sofrimento de coloca Vicente (2015): assédio moral, intensificação do trabalho, a penosidade no trabalho com as expressões da questão social, entre outras.

Vicente (2015) em sua pesquisa relatou que em situações limite de seu desgaste:

As entrevistadas apontaram como fundamental o apoio familiar; de amigos(as) e da religião, mais do que de medicamentos e acompanhamentos psiquiátricos e/ ou psicológicos. O recurso aos tratamentos psicoterápicos também foram citados, mas somente foram buscados a partir de manifestações mais severas (VICENTE, 2015, p.577).

Portanto, podemos aludir que no caso das assistentes sociais que não se sentem incapazes de lidar com os desgastes e/ou não necessitaram buscar por suporte psicológico, ainda não houve um processo mais agravado desse sofrimento. Porém, ainda que em estágios menos profundos de sofrimento

mental, é importante que as profissionais estejam atentas à suscetibilidade que as mesmas estão expostas nos seus espaços de atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao nos debruçarmos no desenvolvimento desta monografia foi possível explanar, brevemente, sobre como se deu a construção social do trabalho. Primeiramente, em como o trabalho foi compreendido em sua gênese, por Marx e, posteriormente como foram dadas suas transformações até a contemporaneidade. Trazer à tona esses processos foi imperativo para a compreensão do porque e de como se dão as relações de trabalho e, de que forma as mesmas podem desencadear em adoecimento mental.

Da mesma forma, foi posto como o capitalismo se coloca cada vez mais acirrado, contra a classe trabalhadora. No contexto brasileiro, atualmente, isso pode ser visto no cotidiano, com um Estado cada vez mais comprometido com os interesses das classes superiores e um governo que trabalha no sentido de se manter aos custos da retirada dos direitos sociais. Esse movimento de retrocesso nos direitos dos trabalhadores é solo fértil para que todas as formas de adoecimento se agravem. Não excluindo desse processo os assistentes sociais, que padecem com o aprofundamento de todos os fatores que levam ao desgaste mental no trabalho.

Tal fato mostra que, diante da nova dinâmica patogênica do capital, o sistema de aferição epidemiológico dos adoecimentos do homem que trabalha está ultrapassado no sentido técnico-categorial. (...) de acordo com Alves (2013), esta é a dupla perversidade do sistema contemporâneo: ocultar e imputar às vítimas a culpa de seu adoecimento, de maneira que a ideologia da doença do trabalho é enquadrada como um caso clínico, e não como produto de uma forma de organização e gestão do trabalho. Assim, a lógica gerencial traz uma sensação de intensificação do trabalho, articulada ao não desligamento da atividade laboral, redundando no agravamento de quadros de estresse, de síndrome de Burnout e de uma espécie de insalubridade mental, tendo em vista que o indivíduo se animaliza: suas aspirações resumem-se a comer, beber, dormir, procriar... – quando muito, se estendem a espaços de consumo fetichizado (VALLE e LEITE, 2018, p.122).

Em um segundo momento, foi necessário apresentar o Serviço Social e, como o mesmo, se constitui enquanto profissão e enquanto trabalho. Essa discussão foi fundamental, dada a temática desta monografia, refletindo especificamente acerca das assistentes sociais no mundo do trabalho.

Para que pudéssemos analisar empiricamente os impactos do trabalho na saúde das profissionais, foi feita a pesquisa que nos permitiu alcançar resultados satisfatórios – dadas as limitações de uma monografia. Sendo possível constatar que o adoecimento e as mais diversas formas de sofrimento mental, derivados das atividades laborais são uma realidade do mundo do trabalho na atualidade.

A origem do sofrimento e do adoecimento localiza-se principalmente nas condições objetivas (organização, instrumentos e meios) promovidas pelas instituições públicas e privadas que demandam o trabalho profissional, utilizando novas e antigas formas de precarização e intensificação do trabalho assalariado, no atual contexto das transformações do mundo do trabalho e das políticas sociais (VICENTE, 2015, p.578).

É fundamental que essa questão seja apropriada e debatida dentro da categoria profissional do Serviço Social, visto sua urgência. Urgência essa que foi evidenciada com o volume de participantes na pesquisa aqui apresentada. Em poucos dias, mais de seiscentas assistentes sociais responderam ao questionário, número esse que por certo seria maior caso a coleta de dados não houvesse sido encerrada. O interesse das assistentes sociais em participar do estudo foi surpreendente e evidenciou um processo que tem sido percebido empiricamente por elas no cotidiano.

No próprio questionário da pesquisa não havia espaço para que as profissionais discorressem sobre suas experiências. Porém, nos comentários da publicação nos grupos da rede social, houve manifestações em relação ao desejo de um espaço em que elas pudessem se colocar de forma discursiva sobre seus processos de adoecimento. Como exemplo, uma assistente social colocou: “tenho 6 anos de trabalho e três deles foram em CREAS que me deixaram em uma situação de adoecimento mental que até hoje sofro as consequências” (usuária do Facebook).

Outra profissional também expôs sua experiência:

Na cidade que trabalho, que são poucos habitantes, todos conhecem todos, sou vista como uma fada que com uma vara de condão tem que resolver qualquer questão que apareça, como se eu fosse uma profissional que cria soluções, não uma profissional que trabalha como o elo entre as políticas públicas e os direitos. Me sinto vista e cobrada como se fosse o Messias o que tem que salvar e resolver (usuária do Facebook).

Em relação a sua perspectiva, uma terceira assistente social coloca que “limitações das ofertas de políticas de fortalecimento das famílias nos deixa, às vezes, somente com a nossa própria empatia para oferecer... frustrante, irritante, gera ansiedade” (usuária do Facebook).

Além destas, outras profissionais colocaram que já tiveram diagnóstico da síndrome de Burnout, expuseram os conflitos em suas rotinas e expressaram a vontade de lutar por melhores condições de trabalho, enquanto categoria. Nesses três depoimentos dados informalmente, por exemplo, é evidenciada a necessidade de fala das profissionais.

Mesmo tal desgaste sendo uma realidade na rotina do trabalho das participantes da pesquisa, também ficou evidenciado que as profissionais não tratam o estresse excessivo, o desânimo, a angústia como fatores que demandam tratamento. Isso pôde ser constatado, pois, após análise das questões em que a maioria das assistentes sociais relatou passar por um processo – no mínimo inicial – de adoecimento, suas respostas também demonstraram que as mesmas não identificam este processo.

Portanto, é imprescindível a apreensão do Serviço Social acerca dessa temática pouco discutida e por isso, difícil de ser identificada e tratada dentro da categoria profissional. A rotina, as muitas demandas, o ritmo de trabalho que é exigido, não deixa espaço para que as profissionais olhem para si e percebam como isso impacta em sua saúde mental e física. O movimento de alienação do trabalho também incide nisto: na naturalização dos processos adoecedores do trabalho.

Assim como a bem sucedida luta pelas 30 horas semanais, novas lutas devem ser travadas pelo Serviço Social, almejando condições de trabalho mais dignas e menos precárias. Por isso, a organização da categoria profissional é essencial no fortalecimento do Serviço Social enquanto classe trabalhadora que sofre, mas também que resiste.

Anexo: Questionário da Pesquisa

20/05/2019

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: O Adoecimento Mental Causado pelo Trabalho entre Assistentes Sociais.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: O Adoecimento Mental Causado pelo Trabalho entre Assistentes Sociais.

Este formulário foi criado como instrumento de pesquisa na coleta de informações necessárias para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido pela aluna ISABELLA NUNES DA SILVA, da Faculdade De Serviço Social - Universidade Federal De Juiz De Fora.
Orientadora: Profª Drª Luciana Gonçalves Pereira de Paula.

Neste questionário sua identificação NÃO será solicitada e todas as informações cedidas são sigilosas. Me comprometo assim: a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

*Obrigatório

Ir para a pergunta 1.

Questionário sociodemográfico:

Informações solicitadas com a finalidade única de traçar um perfil profissional dos ASSISTENTES SOCIAIS e relacioná-lo com as informações que serão coletadas sobre a saúde mental dos trabalhadores do Serviço Social.

Todas as questões com * são obrigatórias.

1. Idade: *

2. Raça/cor: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Negra

☐ Branca

☐ Parda

☐ Amarela

☐ Indígena

☐ Outro: _____

3. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Outro: _____

4. Área de atuação: *

https://docs.google.com/forms/d/1Qu0o7No_XNSnkC_JEY-uS-O8vKzOWMtjeHGVdR1BwQ/e/d1

1/5

5. Tempo de atuação como assistente social: *

Ex: 4 anos

6. Carga horária: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Menos de 30 horas semanais☐ 30 horas semanais☐ Mais de 30 horas semanais☐ Outro:

7. Remuneração:

Ex: R\$ 1500,00

8. Vínculo empregatício: *

Marcar apenas uma oval.

☐ CLT (carteira assinada)☐ Concursado☐ Contrato☐ Outro:

Ir para a pergunta 9.

QUESTIONÁRIO:

- Por favor, leia e responda todas as questões de forma sincera e objetiva.
- Todas as suas informações são sigilosas.
- Em cada questão só existe a opção de marcar uma alternativa. Marque a que mais se aproxima da sua experiência.
- Evite deixar respostas em branco.
- Leia com atenção cada afirmativa e utilize a escala apresentada a seguir para dar a sua opinião sobre cada uma delas.
- Observe que quanto menor o número menos você concorda com a afirmação.

DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	CONCORDO EM PARTE	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1	2	3	4	5

9. 1. Considero que o meu espaço de trabalho é adequado e, tem à disposição todo o material necessário para o exercício de minhas atividades. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

10. 2. Tenho incentivo da instituição para participar de eventos e/ou qualificações que desejaria, me sentindo mais realizada profissionalmente. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

11. 3. No meu ambiente de trabalho, considero que o "clima" e as relações hierárquicas e/ou entre os colegas/equipe são boas e, contribuem de maneira positiva no desenvolvimento das minhas atividades. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

12. 4. Sinto-me capaz de realizar meu trabalho, considerando minhas aptidões e fatores externos, tendo assim boas perspectivas em relação à minha atuação. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

13. 5. Sinto-me estimulada depois de haver trabalhado diretamente com quem tenho que atender. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

14. 6. Sinto que meu trabalho exerce influência positiva na vida de outras pessoas. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

15. 7. Considero que as demandas dos usuários do meu trabalho são atendidas, cumprindo assim seu objetivo. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

16. 8. Já senti vontade de faltar ao trabalho por me sentir estressada e/ou sem energia. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

17. 9. Sinto-me desgastada e emocionalmente decepcionada com o meu trabalho. *
- Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

18. 10. O tempo insuficiente para realizar o meu trabalho me deixa nervosa. *
- Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

19. 11. A falta de autonomia na execução do meu trabalho tem sido desgastante. *
- Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

20. 12. Sinto-me frustrada com meu trabalho e com pouca esperança em relação ao futuro. *
- Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

21. 13. A falta de compreensão sobre quais são as minhas responsabilidades neste trabalho tem me causado irritação. *
- Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

22. 14. Sinto-me, atualmente, pouco capacitada em relação às exigências mentais para o trabalho. *
- Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

23. 15. Já me afastei do trabalho e/ou passei a fazer acompanhamento psicológico motivado por questões relacionadas à atuação profissional. *
- Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 3-10, Mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100002>. Acesso em: 18 Set. 2018.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. As Mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc. Campinas, vol 25, n.87, p.335-351. 2004.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª. Ed., São Paulo: Cortez. 1997.

_____. A vingança de Kant, ou, Porque o assédio moral tornou-se a Peste Negra do século XXI

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGHINI, Nayara Carvalhaes. DONIZETI, Tânia Cristina de Oliveira. VERONEZE, Renato Tadeu. As Bases Sócio Históricas da Ontologia do Ser Social: O Trabalho. CRESS. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/as%20bases%20s%20c%20cio-hist%20rica%20da%20ontologia%20do%20ser%20social.pdf>> Acesso em: 10 Out. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Referências. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/manualeditorial/padroes-editoriais/padronizacoes-textuais/referencias>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de set. de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Sistema Único de Saúde. Brasil, set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 31 ago. 2018

_____. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica - Brasília: Ministério da Saúde, p. 29-30, 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5.pdf> Acesso em: 1º set. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.823, de 23 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.htm> Acesso em: 1 Set. 2018.

CARLOTTO, Mary Sandra. CÂMARA, Sheila Gonçalves. Análise fatorial do Maslach Burnout Inventory (MBI) em uma amostra de professores de instituições particulares. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 3, p. 499-505, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.cbpbap.org.br/cbpexpress/bournout.pdf>. Acesso em: 20 de Maio 2019.

CARVALHO. Raul, IAMAMOTO. Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica—Editora Cortez 40. Ed. / 2014

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do(a) assistente social em questão. 1ª edição ampliada. 2012.

COSTA, Hudson Andrey Correa da. LIMA, Naiara Gaspar de Holanda. Serviço Social E A Teor Serviço Social e a Teoria da Complexidade: Uma Relação Possível? CRESS. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 2016. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/9f/9f1e3707-d5e6-4321-b6ce-b8f991383a19.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CRESSMT. O desgaste mental de assistentes sociais nas relações de trabalho. Disponível em: <<http://cressmt.org.br/novo/o-desgaste-mental-de-assistentes-sociais-nas-relacoes-de-trabalho/>> Acesso em: 06 jun. 2019

FAERMANN, Lindamar Alves. MELLO, Cássia Camila Val de. As Condições de Trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. Textos & Contextos (Porto Alegre), v.15, n.1, p. 96-113,jan/jul 2016.

GOMES, Nilvania Alves. Serviço Social e Interdisciplinaridade: Confluências e Desafios. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 80 anos de Serviço Social – Tendências e Desafios. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/b0/b05174b2-f299-4679-8d9a-70cdd43580ed.pdf>> Acesso em: 12 de jun. 2019.

IAMAMOTO. Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos - 12. ed. / 2013

_____. Marilda Villela. Editora Cortez. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social - 8. ed / 2014

_____. Marilda Villela. Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Editora Cortez - 24. ed. / 2013

MARX, K. O Capital. Livro I capítulo I. 20ªed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NETTO. José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pos-64 – Editora Cortez 16. ed / 2011

_____. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. Editora Cortez 2ed. São Paulo. 1995.

PASCHOAL, Tatiane. TAMAYO, Álvaro. Validação da Escala de Estresse no Trabalho. Universidade de Brasília - Estudos de Psicologia 2004, p. 45-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22380.pdf>. Acesso em: 20 Maio 2019.

PRESSE, France. G1, Ciência e Saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/28/sindrome-de-burnout-continua-nao-sendo-reconhecida-como-doenca-pela-oms.ghtml>). Acesso em: 30 de maio de 2019.

SILVA, Ociana Donato da; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 123, p. 582-603, set. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300582&lng=pt&nrm=iso> acesso em 15 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.038>.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.São Paulo, n. 107, p. 420-437, Setembro 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Set. 2018.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 116, p. 609-635, Dec. 2013 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400003&lng=en&nrm=iso>.Acesso em: 18 Maio 2019.

SILVA, Leni Maria Pereira. SILVA, Luciney Sebastião da Silva. As mulheres assistentes sociais: adoecimento e sofrimento em tempos de reestruturação produtiva. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 2013.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017. Brasil, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SIMÕES, Pedro. Porque Estudar o Perfil Profissional? Revista: Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 45-61, 2008.

SOARES, Laura Tavares. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina – Editora Cortez 2 ed. São Paulo. 2002.

UFJF. Consciência Negra: apenas 34% dos alunos de ensino superior são negros no Brasil. Campus e Comunidade. 20 de novembro de 2017. Acesso em: 08 de junho de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-apenas-34-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 109-129, abr. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000100109&lng=pt&nrm=iso. acessos em 17 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.133>

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 562-581, set. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300562&lng=pt&nrm=iso. acessos em 5 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.037>.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: DF.CFESS/ABEPSS, 2009.